

epABI
escola profissional
de artes da covilhã



Projeto Educativo

2020/2023



Edição 2020-2023 | REVISÃO 00

01 de setembro de 2020



SELO DE CONFORMIDADE EQAVET

GARANTIA DA QUALIDADE
NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. INTRODUÇÃO	4
2. VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES	7
2.1. Visão	7
2.2. Missão	7
2.3. Princípios e Valores	7
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	9
3.1. Caracterização do Meio	9
3.2. Caracterização da Escola	12
3.3. Órgãos de Direção e de Gestão Escolar	16
3.4. Stakeholders	16
4. SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE	18
5. OBJETIVOS	20
5.1. Objetivos Estratégicos	20
5.2. Objetivos Operacionais	20
5.3. Metas	20
6. ESTRATÉGIAS	22
6.1. Eixos Prioritários de atuação	22
6.2. Alunos	22
6.2.1. Medidas de Promoção para o Sucesso Escolar	22
6.2.2. Desenvolvimento Integral, Realização Pessoal e Criação de Valor para o Aluno	25
6.2.3. Práticas de Ensino e Assunção de Responsabilidades.....	31
6.3. Família	33
6.4. Comunidade envolvente	34
6.4.1. Parcerias e Protocolos	34
6.4.2. Projetos.....	35
6.4.3. Atividades Escola ↔ Comunidade.....	36
6.4.4. Ligação aos Antigos Alunos	36
7. OFERTA FORMATIVA	38
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	39
8.1. Matrizes curriculares	39

8.1.1.	Atividades de organização curricular	42
8.2.	Programas das Disciplinas	43
8.3.	Articulação Interdisciplinar e Interciclos.....	43
8.4.	Horários Escolares.....	43
8.5.	Princípios Orientadores das Atividades Letivas e Formativas e suas Definições	45
8.5.1.	Regimes do Processo de Ensino e Aprendizagem	45
8.5.2.	Organização e Funcionamento das Atividades Letivas e Formativas e das Atividades Docentes por Regime de Ensino e Aprendizagem.....	45
9.	CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS.....	49
9.1.	Ensino Profissional Básico	49
9.2.	Ensino Profissional Secundário	49
10.	AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS.....	50
10.1.	Critérios Gerais de Avaliação.....	50
10.2.	Critérios Gerais de Correção/Classificação	51
10.3.	Participação da Comunidade Educativa na Avaliação	51
10.4.	Monitorização e Avaliação do Ensino e das Aprendizagens	52
11.	DISPOSIÇÕES FINAIS	54
11.1.	Divulgação	54
11.2.	Vigência	54
11.3.	Avaliação	54
ANEXOS	56

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo é o principal documento de referência da escola, constituindo-se como o núcleo de ação da mesma. Enquanto instrumento de autonomia, o seu conteúdo traduz a orientação educativa da escola e explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias a médio prazo, em ciclos de três anos, segundo os quais a EPABI – *Escola Profissional de Artes da Covilhã* se propõe cumprir a sua função educativa. É ainda neste documento que EPABI – *Escola Profissional de Artes da Covilhã* assume o seu compromisso com a garantia de qualidade da sua oferta formativa, alinhada com o Quadro EQAVET¹.

Este documento foi construído com a participação e envolvimento da comunidade educativa.

O novo estatuto do ensino particular e cooperativo consagra um modelo que abre caminho a uma nova realidade, a da verdadeira autonomia e transparência dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo em todos os domínios relacionados com o respetivo funcionamento e o serviço de interesse público que prestam e, por outro lado, procurando dotar este sector da educação com aquilo que são as exigências da realidade atual. O novo Estatuto privilegia a liberdade de ensino e a inerente liberdade de criação de escolas particulares e o consequente compromisso de apoio do Estado onde e quando justificado, aprofundando-se o princípio da integração plena das escolas na rede de oferta pública. Assim, torna-se primordial este Projeto Educativo enquanto referencial para as famílias exercerem o seu direito à **liberdade de escolha pela escola e educação** dos seus filhos/educandos.

Do contato com o Projeto Educativo, as famílias adquirem conhecimentos essenciais sobre as estratégias pedagógicas, a organização escolar e seu funcionamento interno, os princípios educativos basilares e os resultados esperados da prática pedagógica, que lhes permite conhecer verdadeiramente o projeto escola e orientar na importante decisão da escolha do estabelecimento de ensino e do rumo pretendido para o percurso escolar dos seus filhos.

Pela natureza de que se reveste e pela sua importância nos processos de planeamento e gestão educativa, este documento foi construído com a participação e envolvimento da comunidade educativa, bebendo das práticas, dos conhecimentos e das experiências dos intervenientes, e procurando ir ao encontro das expectativas dos diversos agentes da comunidade relativamente à escola, enquanto espaço primordial de aprendizagem, de formação e de preparação para a vida ativa, de realização pessoal e profissional e também de sociabilização.

Foram aplicados esforços no sentido de fazer corresponder o conteúdo do presente Projeto Educativo às características e às necessidades dos formandos e dos seus contextos espaço-sócio-geográficos. A circunstância de reunir no mesmo estabelecimento de ensino, jovens provenientes de diferentes regiões do país, com uma forte motivação pelo ensino profissional da música, transformam esta escola num palco de experiências enriquecedoras que favorecem a

¹ O Projeto Educativo assume-se como base para o “Documento Base”, referido nas orientações metodológicas da ANQEP sobre o Quadro EQAVET.

aprendizagem, a interculturalidade e a solidariedade, bem como a construção de laços interpessoais que, em muitos aspetos, se associam ao conceito de família.

O sucesso dos formandos é assumido como objetivo preponderante e norteador da ação, não apenas na progressão dos jovens alunos na escola, mas também na ação de cada um dos agentes educativos. Assim, imbuídos pela cartilha da escola **“Motivação Para o Sucesso – uma Cultura de Escola”**, o sucesso é uma dimensão a atingir por todos os alunos e, simultaneamente a “energia” aplicada na engrenagem diária desenvolvida por todos os elementos da comunidade educativa.

Orienta-se o presente Projeto Educativo para a prestação de um serviço de formação profissional qualificante com qualidade e de referência no contexto artístico nacional. A ênfase é colocada nas diferentes dimensões do formando, nomeadamente a humana, a axiológica, a cognitiva e a social. Neste contexto, esta escola pretende posicionar-se como lugar privilegiado de aquisição de saberes e competências técnicas, mas também como facilitador de aptidões que consideramos diferenciadoras para o sucesso, nomeadamente a autonomia, o sentido de responsabilidade, o espírito crítico, a cooperação, a comunicação e a capacidade de intervenção social.

As estratégias delineadas para atingir as metas desejadas são integradas e materializadas no Plano Anual de Atividades, documento que operacionaliza o Projeto Educativo (PEE) e que poderá adquirir um carácter plurianual, possibilidade suportada pelo período de vigência de três anos do PEE. Destas estratégias destacam-se, por exemplo, as *Jornadas Culturais* subordinadas a um tema anual específico e transversal a todas as áreas do conhecimento, o *Projeto de Responsabilidade Social, Cívica e Ambiental*, bem como *masterclasses de instrumento e estágios* das diferentes formações orquestrais que se constituem como ambientes propícios de aprendizagens diversas e que revelam, ao público, a qualidade do trabalho realizado na EPABI.

Na concretização das suas funções educativas, a escola compromete-se ainda a um constante repensar das práticas pedagógicas, auscultando permanentemente a sociedade que integra, absorvendo as realidades emergentes de modo a provocar adaptações e necessárias antecipações aos desafios de futuro, bem como por outro lado, ir ao encontro das suas solicitações, na perspetiva de que a EPABI constituiu um primordial agente dinamizador cultural da região.

O presente documento apresenta uma organização em diferentes partes, a saber:

- **Visão, missão, princípios e valores da escola;**
- **Caraterização da escola**, considerando o meio envolvente, a caraterização física, do edificado e os órgãos de direção e gestão escolar;
- **Resultados de autoavaliação;**
- **Metas;**
- **Estratégias**, em função dos diferentes intervenientes: alunos, família e comunidade envolvente;
- **Oferta formativa;**

- **Organização curricular** (programas das disciplinas; metas curriculares; horários escolares);
- **Constituição das turmas;**
- **Avaliação das aprendizagens;**
- e, por fim, as **disposições finais.**

2. VISÃO, MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES

2.1. Visão

A EPABI – Escola Profissional de Artes da Covilhã pretende ser uma escola de referência, a nível regional e nacional, pelo sucesso académico e pela elevada qualidade da performance profissional dos seus alunos, quer ao nível da execução instrumental, quer pela sua formação sociocultural e humana, manifestada na cultura, na autonomia, na responsabilidade, na exigência e no sentido ético das suas atitudes e posições. Pretende-se, igualmente, uma instituição orientada para o serviço à comunidade, fortemente envolvida e empenhada no desenvolvimento social e cultural da região da Beira Interior.

2.2. Missão

A EPABI – Escola Profissional de Artes da Covilhã propõe-se prestar à comunidade um serviço educativo e de formação profissional de excelência, que seja promotor do sucesso académico e da realização educativa dos jovens, através da aquisição de conhecimentos e competências, pela valorização do trabalho, transformando-os em jovens conscientes, responsáveis, exigentes e solidários, características e condições para o acesso ao mercado de trabalho e para o sucesso ao longo da vida.

No final do ciclo de estudos, o aluno estará apto para ingressar no mercado de trabalho como profissional de música / instrumentista, capaz de conceber, planificar e realizar espetáculos, com performances a solo e/ou em grupo, em diferentes contextos artísticos e relacionais e mobilizando conhecimentos técnicos, artísticos e socioculturais, que se traduzam em reconhecimento de elevado valor imaterial/cultural por parte do público e da sociedade em geral. O aluno está, igualmente, apto para o ingresso no ensino superior, em instituições nacionais e internacionais, em cursos com vertentes teóricas ou práticas na área da música.

2.3. Princípios e Valores

A missão que se pretende alcançar está alicerçada em princípios e valores que resultam de convicções em torno das quais se construiu a ideia de escola, que norteiam os objetivos educativos e as decisões estratégicas a tomar e que, no essencial, enformam a cultura de escola.

Defendemos como princípios nucleares o desenvolvimento integral dos alunos, o envolvimento ativo das famílias e da comunidade em geral e a melhoria contínua dos procedimentos e das práticas pedagógicas.

Consideram-se como **princípios e valores gerais** caracterizadores da cultura de escola os seguintes:

- Equidade e justiça
- Liberdade
- Rigor
- Motivação para o sucesso – Uma cultura de escola

- Exigência
- Profissionalismo
- Autonomia
- Empenhamento
- Cultura de inovação
- Criatividade
- Solidariedade
- Tolerância
- Desenvolvimento integral do aluno (o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber estar)
- Envolvimento ativo da família e da comunidade
- Compromisso com o desenvolvimento do meio
- Autoavaliação e melhoria contínua

No que concerne especificamente aos **princípios pedagógicos**, e de acordo com o artigo 3.º do *Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho*, é dada ênfase aos seguintes:

- Coerência e sequencialidade entre os ciclos de ensino
- Articulação do currículo e da avaliação
- Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental
- Promoção do rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares
- Promoção da responsabilidade social cívica e ambiental
- Valorização da língua e da cultura portuguesas
- Valorização das tecnologias de informação e comunicação
- Enriquecimento da aprendizagem, através da riqueza da oferta de atividades complementares à formação dos alunos (atividades, academias, projetos, concursos...)
- Valorização de práticas pedagógicas em contexto real de trabalho
- Partilha e intercâmbio de experiências pedagógicas e sociais com outras realidades escolares, nacionais e internacionais

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3.1. Caracterização do Meio

Enquadramento geográfico

A cidade da Covilhã, onde se localiza a Escola Profissional de Artes da Covilhã, situa-se na região designada por *Beira Interior*, entre as duas capitais de distrito da região, Guarda e Castelo Branco, em pleno coração da Cova da Beira. O concelho da Covilhã faz parte da sub-região Cova da Beira (NUT III) e encontra-se a uma Latitude de 40° 17' 29" e a 1° 36' 30" de Longitude Oeste de Lisboa, na Região Centro. De 31 freguesias, a reforma administrativa veio a constituir 21



freguesias distribuídas espacialmente por uma área de 551Km2, que se pode subdividir em duas partes geomorfológicas distintas, uma zona serrana e montanhosa e o vale, área de planície.

Situada na vertente sudeste da Serra da Estrela, numa escarpa de falha, e rodeada por duas ribeiras, a Goldra a Sul, e a Carpinteira a Norte, a cidade da Covilhã estende-se entre os 450 e os 800 m de altitude. A paisagem do casario da urbe está enquadrada num magnífico anfiteatro de montanha. A cidade dista cerca de 20 km do ponto mais alto de Portugal Continental, a Torre (Serra da Estrela). Com a construção da A23, a Covilhã ficou mais próxima dos principais centros urbanos, como Lisboa e Porto, demorando uma viagem automóvel menos de 3 horas.

Demografia

No que respeita à demografia, a região da Beira Interior tem assistido, de forma geral e ao longo do século XX, a um decréscimo da população, no entanto, com temporalidades e espacialidades distintas. A Covilhã, cuja população era já no século XV *“avultada e activa: 2372 moradores, dos quais 22 nobres, 16 oficiais e 108 moradores judeus”* (O. Ribeiro, 1994), constituía a maior cidade do interior localizada a Norte do rio Tejo, e a segunda maior do Interior do país, logo depois de Évora. Segundo os dados dos últimos Censos (2011), o concelho é habitado por 51 797, registando-se uma ligeira diminuição relativamente aos Censos de 2001, cuja população estava registada em 54 507 habitantes, ou seja, verificando-se a perda de 2735 indivíduos.

Atualmente, verifica-se uma tendência para a estabilização da população ou até mesmo para uma diminuição, fruto do envelhecimento populacional que se verifica nas freguesias mais rurais e mais distante da sede de concelho. De fato, a população residente no concelho da Covilhã tem registado um elevado índice de envelhecimento ao longo das últimas décadas, de 129,5% em 2001, e 173,6% em 2010, devido à diminuição da Taxa de Natalidade e à diminuição do número de filhos por casal.

A estrutura do povoamento revela uma situação de povoamento concentrado nas sedes de freguesia, salientando-se que cerca de 86% da população concelhia reside nas mesmas. A densidade populacional do concelho é elevada, situada em 93,9 habitantes / km², valores superiores registados para os outros concelhos da Cova da Beira (Belmonte com 65,1 habitantes por Km²; 41,9 habitantes por km² o Concelho da Fundão).

Aspetos históricos relevantes

Segundo certos autores, a Covilhã terá sido fundada pelo general romano Silius, com a designação de *Silia Hermia*, por volta do ano 41 a.C. Sabe-se, no entanto, que a partir do século VIII, já é denominada por *Covilliana*, embora subsistam divergências quanto à explicação deste termo. Se, para uns, o termo derivava de *cova-lhana*, vale cercado de serranias, facto geográfico comprovado, para outros, referia-se ao facto de em tempos remotos ter aí existido uma albergaria (*cubile*); para alguns ainda, o termo derivou da junção de “*cova*” e “*lã*”, dada a importância quase milenar do trabalho da lã nestas terras (PAIS, 2004).

De qualquer forma, a Covilhã tornou-se, desde a Antiguidade, num ponto de cruzamento de estradas e caminhos que a tornaram num importante posto fronteiriço. Inicialmente, os habitantes ocupavam as áreas baixas, junto ao rio, no entanto, forças exteriores obrigaram-nos a fixarem-se numa altitude aproximada dos 800 metros, numa encosta íngreme. Durante o período instável da Reconquista, a Covilhã, que chegou a ser capital do reino, foi conquistada e reconquistada por variadas vezes e os mouros destruíram-na quase por completo. Havia então que proceder ao soerguimento físico da urbe e à sua reorganização económica que passava pelos incentivos ao comércio.

Em 1186, a Carta de Foral concedida à Covilhã, por D. Sancho I, veio confirmar a sua importância, reedificando a cidade e concedendo-lhe privilégios e, posteriormente, confirmada em Coimbra por D. Afonso II em outubro de 1217, em que já era notável a vila acastelada porque havia mais do que uma igreja. Os limites do concelho, referidos no foral, incluíam Castelo Branco e iam até às Portas do Ródão, o que é uma extensão bastante elevada. Com o fim da reconquista os habitantes da Covilhã passam a organizar-se economicamente. O trabalho da lã, sustentada pela abundância de matéria-prima (gado ovino) e por fontes de energia (a água – energia hidráulica) começa a ganhar relevo e criam-se postos de trabalho especializados. Os privilégios reais atribuídos à Covilhã, desde o século XII, vêm confirmar a importância estratégica da sua posição geográfica no processo de expansão do reino, assim como a importância das suas fábricas de lanifícios, sabendo-se que os primeiros teares começaram a funcionar no século XV e que “os panos da Covilhã” eram já afamados nesse período, como refere Gil Vicente.

Em 1510, D. Manuel I concede *Foral Novo* à Covilhã, que era já uma vila em crescimento populacional e económico, sobretudo na agricultura, pastorícia, fruticultura, floresta e lanifícios. D. Sebastião elevou-a à categoria de *vila notável* em 1570, pelas riquezas e atividades dos seus habitantes, entre os quais, judeus e cristãos-novos, ligados ao comércio e à indústria. Durante o período das Descobertas, personalidades da Covilhã destacaram-se pela sua participação no empreendimento, entre eles, Frei Diogo Alves da Cunha, na conquista de Ceuta, em 1415; Pêro da Covilhã, o primeiro português a pisar terra Moçambicana, entre muitos outros notáveis e participantes.

Ao longo do tempo, a Covilhã foi-se transformando numa grande cidade industrial, com muitas fábricas espalhadas ao longo das margens das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, das quais ainda hoje podemos observar muitos edifícios. Na

história dos lanifícios na região, destacam-se dois grandes marcos decisivos. Primeiro, em 1677, é fundada a *Fábrica Conde da Ericeira*, junto à ribeira da Carpinteira, contratando pessoal qualificado no estrangeiro para o ensino e onde se fabricaram os primeiros padrões com destino a outras fábricas, sendo então considerada a melhor fábrica do reino. Em 1761, D. José I ordena a construção do grandioso edifício *Real Fábrica dos Panos*, na ribeira da Goldra. Mais tarde, já em 1884, é criada uma Escola industrial, Campos Melo, que era o único centro de formação profissional do País no ramo têxtil (PAIS, 2004). Perante o desenvolvimento industrial e populacional, a Covilhã, denominada de *Manchester Portuguesa*, é elevada à categoria de cidade em 20 de outubro de 1870, pelo rei D. Luís I.

No século XX, fruto do condicionamento industrial, da liberalização do comércio e da entrada de Portugal na então CEE, a cidade conhece um decréscimo económico, com o encerramento de muitas indústrias. A cidade volta-se para os serviços, sendo hoje uma cidade marcadamente terciária e universitária.

Estrutura económica e profissional

A Covilhã destaca-se no panorama nacional por ser um dos lugares que, desde muito cedo, apostou nas atividades industriais, especializando-se no fabrico de lanifícios. O crescimento e o dinamismo da cidade e da região têm seguido de perto a própria evolução do setor têxtil, atravessando crises periódicas que muito debilitaram a economia e a imagem da cidade da Covilhã.

A cidade foi, até há poucos anos, uma zona florescente que, em 1970, detinha ainda 50% da produção nacional de lanifícios (NEVES, 1994). A especialização produtiva é um fenómeno marcante no concelho, centrado na indústria.

Se atendermos à repartição da população ativa pelos três setores de atividade económica nos últimos anos, verifica-se que se têm processado alterações significativas: redução significativa do peso do sector primário; aumento do setor terciário, sobretudo do comércio, dos serviços pessoais e sociais, ao nível da educação, assistência social e saúde, o que traduz a gradual terciarização da economia, que acompanha um movimento à escala nacional. Inquestionavelmente, nas últimas décadas, o crescimento e expansão do ensino superior na Covilhã, com o desenvolvimento da Universidade da Beira Interior e as atividades que lhe estão associadas, em muito contribuíram para o aumento relativo da população empregada no setor terciário.

A instalação e crescimento do *Parkurbis* – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã - a partir de 2005, contribuiu para a diversificação económica, apostando nas indústrias de elevado potencial tecnológico. Apresenta-se como um projeto com características específicas, envolvendo diversas entidades, como a Autarquia, a Universidade da Beira Interior e a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios, e conta já com mais de uma dezena de empresas instaladas, nas áreas das tecnologias da informação, comunicação, biotecnologia, energias renováveis, domótica, novos materiais e recursos humanos.

Por sua vez, o desemprego é um fenómeno preocupante e que, em virtude do contexto económico-financeiro recessivo, tem vindo a aumentar, transformando-se num problema social. De acordo com dados de março de 2011 (Diagnóstico Social da Covilhã, Câmara Municipal da Covilhã, 2012), 3481 correspondia ao número total de desempregados no concelho da Covilhã, dos quais 1524 (44%) constituem desempregados de longa duração. Estes números são

relativamente superiores aos encontrados para os concelhos vizinhos de Belmonte e Fundão, que integram a Cova da Beira.

3.2. Caracterização da Escola

Historial

A Escola Profissional de Artes da Covilhã foi criada em 3 de setembro de 1992, com o nome de Escola Profissional de Artes da Beira Interior – EPABI, mediante despacho conjunto do Ministério da Educação e do Emprego e Segurança Social, tendo como entidades promotoras a Câmara Municipal da Covilhã e o Conservatório Regional de Música da Covilhã.

Setenta e dois dias depois do início de funcionamento, os alunos fizeram a sua primeira apresentação pública. Num jornal da região escreveu-se: *"esperava-se que os alunos já afinassem algumas notas, mas, para surpresa geral, fizeram música. Simples, mas música."*

A Instituição tem autonomia pedagógica, administrativa e financeira e adota níveis de formação II e IV. Ministra o Curso Básico de Instrumento, de nível II (equivalência ao 9º ano de escolaridade) e os Cursos de Instrumentista de Cordas e Teclas e de Sopros e Percussão, de nível IV (equivalência ao 12º ano de escolaridade).

Em 2009/2010, a EPABI concretizou um sonho antigo, inaugurando as novas instalações escolares situadas no campus escolar junto ao complexo desportivo da Covilhã.



Caraterísticas físicas

As novas e modernas instalações físicas da EPABI encontram-se otimizadas e adaptadas às necessidades e exigências de um ensino profissional de qualidade focalizado na área artística.

Nas suas instalações, a Escola possui espaços adaptados às aulas em turma, direcionadas para o funcionamento das disciplinas da componente de formação sociocultural e científica e espaços para o estudo musical individual (estúdios), assim como para o desenvolvimento das aprendizagens em contexto de grupos de dimensão variável, de música de câmara, naipe e orquestras. Destacam-se dois auditórios, nos quais se realizam as provas públicas artísticas trimestrais e de final de curso, bem como atividades culturais direcionadas para a comunidade e público em geral.

A EPABI dispõe ainda de uma biblioteca e sala de estudo, com acesso a computador e internet, Serviços Administrativos, Serviço de Psicologia e Orientação Vocacional, Sala de Professores/ Diretores de Turma para atendimento a alunos e Pais/Encarregados de Educação, portaria /recepção interior e portaria exterior, para controlo de entradas e saídas. Refira-se ainda a existência de um refeitório e bar, serviços localizados no edifício da Escola Internacional da Covilhã e

partilhados por ambas as unidades escolares. A instituição conta ainda com um amplo espaço exterior onde todos podem usufruir do contexto paisagístico.

A EPABI concentra as suas atividades letivas nos pisos -4 (3 salas de aula, 10 salas de estudo individual e 1 sala de orquestra) e -3 (receção, 6 salas de aula, biblioteca, serviços administrativos, Direção Pedagógica, sala de reuniões, sala de Professores/ Diretores de Turma, 15 salas de estudo individual, 1 auditório, wc, entre outros) do edifício, correspondendo aos dois primeiros pisos, contando a partir do nível do solo. Nos pisos - 2 e -1 concretizam-se, essencialmente, as aulas da componente de formação artística, como as da disciplina de Instrumento Principal, na modalidade de aulas individuais (Professor- Aluno), de Música de Câmara, Formação Musical e Instrumento de Tecla. O segundo auditório está localizado nas instalações da Escola Internacional da Covilhã (EIC), com o qual se estabelece ligação interior.

Caraterísticas da comunidade educativa

A EPABI é frequentada, atualmente, por cerca de **120 alunos**, distribuídos por 9 turmas, das quais 3 correspondem ao 1º, 2º e 3º ano do curso Básico de Instrumento, e 6 dizem respeito aos 1º, 2º e 3º anos dos cursos de Instrumentista de Cordas e Teclas e Sopros e Percussão. A média de alunos por turma é de 14 alunos, com faixas etárias compreendidas entre os 12 e os 22 anos de idade.

A natureza da escola, a formação específica que ministra e a sua atratividade determinam proveniências geográficas dos alunos bastante diversas. A maioria dos alunos é natural do concelho da Covilhã e de concelhos limítrofes, como Belmonte e Fundão, residindo com o agregado familiar. No entanto, cerca de 45% dos alunos que frequentam a EPABI são provenientes de áreas que se situam para além da zona de influência direta da escola, como por exemplo, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Pinhal Interior Norte e Sul, Oeste, Alentejo, Grande Lisboa e Arquipélago dos Açores. A EPABI conta com um **corpo docente** constituído por cerca de 45 professores (entre os quais 1 professor de Educação Especial), distribuídos pelas três áreas de formação dos cursos ministrados, sendo na sua maioria docentes da área artística, com destaque para os que lecionam a disciplina de Instrumento Principal. Do conjunto, 14 docentes são profissionalizados, possuindo habilitação profissional para a docência. Pela especificidade da formação artística, os docentes desta área formativa exercem, na sua grande maioria, outras atividades, nomeadamente como músicos, o que lhes permite um contato muito próximo com o mercado de trabalho nesta área. Refira-se ainda que a EPABI conta ainda com a colaboração de outros docentes e profissionais da música, a título eventual/pontual, enquanto prestadores de serviços, para realizar os acompanhamentos ao piano nas provas artísticas dos alunos (recitais) e personalidades convidadas para ministrar estágios e *masterclass* de instrumento ao longo do ano letivo.

Por fim, a EPABI conta **7 colaboradores não docentes**, para assegurar o funcionamento dos diferentes serviços escolares e **1 psicóloga escolar**.

Segurança e vigilância

A EPABI dispõe de um serviço de controlo de entradas e saídas da escola, através do exercício de funções por um vigilante afeto ao serviço de receção/ portaria da escola. A vigilância do recinto escolar e no interior do edifício é realizada, alternadamente, por dois colaboradores não docentes.

A instituição dispõe de um responsável pela segurança escolar, funções assumidas pela Direção da Escola, que é ainda responsável pela operacionalização e cumprimento do Manual de Autoproteção da Escola.

Serviços de apoio facultativos

Constituem serviços de apoio facultativos os seguintes:

- Refeitório: almoço (13h30m-14h30m) e jantar (2ª a 6ª: 19h30m-21h15m, sábado: 19h00m-20h00m), com uma ementa variada que consiste em prato de carne ou peixe, de modo a garantir uma dieta alimentar diversificada e equilibrada;
- Bar: com horário de funcionamento diário das 8h30m às 17h30m;
- Transporte coletivo de passageiros, assegurado pela viatura da unidade escolar;
- Biblioteca;
- Reprografia/ papelaria;
- SPOE – Serviço de Psicologia e Orientação Escolar;
- Apoio ao Estudo (em todas as disciplinas e para os alunos que sejam referenciados, quer por dificuldades apresentadas, quer pela necessidade de recuperação de conteúdos modulares).

Centro Qualifica

Assumindo-se como um agente de formação da Região da Cova da Beira, e com o mote "Valorizamos Aprendizagens, Certificamos Competências", a EPABI também engloba um Centro Qualifica com um trajeto de 5 anos de atividade no âmbito do Sistema Nacional de Educação/Formação/Qualificação e posiciona-se como uma ferramenta apostada no desenvolvimento educacional e das qualificações do país, em geral, e da CIM da Região de Beiras e Serra da Estrela, em particular. Fruto de um posicionamento assente na proximidade ao mercado de trabalho, às entidades da economia social e às organizações de educação e formação, vocaciona-se para o apoio e facilitação das transições e aprendizagem ao longo da vida de jovens e adultos. Com as ferramentas disponíveis e os instrumentos colocados ao dispor pelo Centro Qualifica, o investimento na educação/qualificação promove as transições no mundo do trabalho (do desemprego para o emprego, bem como, a progressão de carreira e salarial) e implementa estratégias de promoção do sucesso escolar e profissional dos jovens.

Projetos emblemáticos

Dos 25 anos de história da EPABI como instituição de formação profissional e agente cultural da região da Beira Interior destaca-se, entre muitos outros acontecimentos, a prestação da Orquestra Sinfónica, sob orientação do maestro Luís Cipriano, em 1999, em Belém, na Palestina, por ocasião das Comemorações dos 2000 anos do Nascimento de Jesus Cristo. Nos últimos anos, a Escola tem-se apresentado regularmente a público, com os projetos artísticos da Orquestra de Cordas, dirigidas pelo Professor Rogério Peixinho e, mais recentemente, pelo Professor João Mendes, e das Orquestra de Sopros e Orquestra de Sopros Júnior, sob a responsabilidade do Professor Francisco Luís Vieira e Carlos Salazar, respetivamente, entre outras formações de Música de Câmara.

O mérito dos alunos da EPABI tem sido igualmente reconhecido através da admissão em conceituadas instituições de ensino superior no país e no estrangeiro e da atribuição de prémios em concursos e outras iniciativas culturais, destacando a *Festa das Escolas de*



Música - 1001 Músicos, Concurso Internacional de Instrumentos de Arco Júlio Cardona, OCPZero, Orquestra MIMA – Mostra Inter- Escolas de Música da Região Centro e Concurso Internacional de Bandas – Filarmonia D’Ouro.

No ano letivo 2012/2013, em que a escola comemorou 20 anos, a EPABI conquistou duas dezenas de prémios através da prestação dos seus alunos em concursos artísticos nacionais e internacionais, salientando-se os concursos de *Clarinete Luso-Espanhol*, em Fafe, o *Concurso de Guitarra da Golegã*, o *Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La Salette”*, em Oliveira de Azeméis, o *Concurso Internacional do Fundão* e o *Concurso Nacional “Sons de Cabral”*, em Belmonte. Em 2015/2016, a Orquestra de Sopros da EPABI alcançou o 1º prémio no *Concurso Internacional de Bandas – Filarmonia D’ Ouro*, que decorreu no Europarque, em Santa Maria da Feira.

A escola, através dos seus professores, divulga e incentiva os seus alunos a apresentar-se em concursos e festivais, nacionais e internacionais, de modo a promover a concorrência saudável, a permitir que os seus alunos ganhem consciência da qualidade artística do seu trabalho e dos seus pares e, acima de tudo, levá-los ao reconhecimento de que o trabalho e a persistência são o caminho para o sucesso. A nível interno, a escola dinamiza, anualmente, o *Concurso Interno da EPABI*, com o objetivo de promover o reconhecimento pelo mérito dos alunos, premiando os melhores alunos em cada naipe de instrumento musical e formação de conjunto, apreciação feita por um júri constituído por docentes da escola e personalidades convidadas. Os vencedores do referido concurso realizam depois um concerto de laureados, disponível para o público em geral e o melhor aluno é convidado a realizar um concerto, como solista, com uma das formações orquestrais da escola, num evento comemorativo e festivo.

Diversos alunos da EPABI participam também, anualmente, no prestigiado **Estágio da APROARTE – Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes** – de que a escola é associada, depois da realização de provas artísticas e da

seleção do júri, realizando-se, no final, um concerto de orquestra de elevada qualidade que conta com o Alto Patrocínio do Sr. Presidente da República Portuguesa.

Também com um carácter anual, a EPABI promove um **Ciclo de Masterclass EPABI** nos diversos instrumentos musicais, ministrados por professores convidados de renome internacional, no qual participam todos os alunos da escola e outros jovens músicos provenientes de todo o país que, durante uma semana, afluem à EPABI para realizar cursos intensivos nos diversos instrumentos. Da mesma forma, a escola promove **Estágios de Orquestra**, de cordas, de sopros, sinfónica e guitarras, em que os alunos e outros jovens músicos, ao longo de vários dias, realizam um trabalho bastante intensivo para depois se apresentarem ao público com um concerto de elevada qualidade artística.

3.3. Órgãos de Direção e de Gestão Escolar

Direção de Escola				
EQAVET		Recursos Humanos		Comunicação e Sistemas de Informação
Área Ensino-Aprendizagem			Área Administrativa	Outros Serviços
Assembleia Pedagógica	Conselhos de Turma	Outras Equipas Pedagógicas	Serviços Administrativos	Papelaria e reprografia
Áreas de Formação	Direções de Turma	Serviços de Psicologia, Ensino Especial e Orientação Profissional		Bar
Direções de curso		Secretariado de Exames e Provas		Refeitório
Representantes EE e alunos				

O funcionamento e competências destes órgãos encontram-se explicitados no Regulamento Interno.

3.4. Stakeholders

Os *stakeholders* internos (responsáveis pela gestão da instituição, alunos, professores/ formadores e restantes profissionais) e externos (pais/encarregados de educação, empregadores, autarquias, parceiros sociais e culturais) da EPABI – Escola Profissional de Artes da Covilhã são relevantes para a qualidade da oferta de educação e formação profissional pelo apoio no alinhar da oferta formativa e o serviço prestado às expectativas dos alunos e das famílias e às necessidades reais do mercado de trabalho, contribuindo para melhorar o papel da escola na formação, no sucesso na aprendizagem, no desempenho, na empregabilidade e no desenvolvimento da região. Assim, pretende-se que o envolvimento dos *stakeholders* da EPABI – Escola Profissional de Artes da Covilhã esteja evidente em:

- Definição da visão estratégica para a escola
- Identificação e análise de necessidades locais para o ajuste da proposta da oferta formativa
- Implementação dos planos de ação

-
- Desenvolvimento das competências do pessoal
 - Recolha de feedback
 - Discussão dos resultados de avaliação
 - Identificação das melhorias a introduzir

4. SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE

A EPABI tem como áreas de excelência a formação de qualidade ministrada devido aos recursos humanos, materiais e formativos existentes e a qualidade na participação em Concursos. Depois de realizar a sua análise SWOT em conjunto com os diferentes órgãos da escola (Conselho Consultivo e Assembleia Pedagógica) estão identificadas as áreas a melhorar, nomeadamente, a falta de alojamento para alunos deslocados e a escassez de salas de estudo dos alunos.

	FATORES INTERNOS	FATORES EXTERNOS
FATORES FAVORÁVEIS	<p>PONTOS FORTES (VALORIZE-OS)</p> <p><i>Os pontos fortes/forças são as características positivas da escola, em que esta pode alicerçar o seu desenvolvimento. A sua identificação é fundamental para aferir a capacidade da escola para desenvolver a sua missão e responder às oportunidades e ameaças do meio em que se insere.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Motivação dos Alunos • Ambiente Familiar e de Proximidade • Espírito de equipa • Forte ligação à comunidade 	<p>OPORTUNIDADES (APROVEITE-AS)</p> <p><i>As oportunidades são aspetos exteriores à escola, que se constituem como possibilidades de melhoria ou mudança. A sua identificação é importante para avaliar as possibilidades de cumprimento da missão e para promover o desenvolvimento da escola para o que determinou ser a sua visão. A sua natureza externa significa muitas vezes que existe um grau de controlo menor destes aspetos (assim como das ameaças) por parte da escola. Devem ser utilizadas para maximizar as forças e ultrapassar as fraquezas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Boas relações com as Escolas do Concelho e da Região • Aposta governativa no Ensino Profissional (50%) • Parcerias com academias / bandas filarmónicas
FATORES DESFAVORÁVEIS	<p>PONTOS FRACOS (PROTEJA-SE)</p> <p><i>Os pontos fracos/fraquezas, ao contrário dos pontos fortes, representam as debilidades da escola. São aspetos internos, onde a escola deveria ter competências, mas não teve capacidades para a desenvolver. A sua identificação é fundamental para delinear estratégias de superação. Os pontos fracos podem interferir com a manifestação dos pontos fortes e podem ser sérios obstáculos para a escola lidar com as oportunidades e ameaças. Mas são também uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Quando ultrapassados tornam a instituição mais capaz para cumprir a sua missão e alcançar os objetivos a que se propõe.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Atrasos no financiamento e suas repercussões • Falta de alojamento para alunos deslocados • Escassez de salas de estudo dos alunos 	<p>CONSTRANGIMENTOS (EVITE-OS)</p> <p><i>Os constrangimentos/ameaças são aspetos exteriores à escola que se constituem como barreiras ao desenvolvimento da sua missão. Não identificar as ameaças ou menosprezá-las pode significar, em última instância o fim da escola. Desenvolver pontos fortes capazes de as diminuir ou aproveitar as oportunidades para as minorar são estratégias que devem estar sempre presentes.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do número de alunos/dinâmica demográfica • Concorrência do ensino integrado/articulado • Distância das famílias

A coerência entre a autoavaliação e a ação para a melhoria é ainda reforçada através das metas e estratégias elencadas nos pontos seguintes relativos à **GARANTIA DA QUALIDADE**:

- Síntese descritiva da situação da instituição face à garantia da qualidade e das opções tomadas no que se refere à conformidade com o quadro EQAVET.
- Identificação das responsabilidades atribuídas no âmbito da garantia da qualidade no quadro da instituição.
- Identificação dos indicadores em uso, a criar e/ou a ajustar.
- Identificação das fontes de informação e do sistema de recolha de dados relativos aos indicadores.

- Explicitação da estratégia de monitorização de processos e resultados na gestão da educação e formação profissional, tendo em conta as quatro fases do ciclo de qualidade.
- Identificação dos mecanismos de controlo (por ex. alertas rápidos) e dos procedimentos de ajustamento contínuo na gestão da oferta de educação e formação profissional.
- Metodologia para análise integrada dos resultados produzidos pelos indicadores e para a definição das melhorias a introduzir na gestão da educação e formação profissional, em colaboração com os *stakeholders*.
- Identificação do modo de apresentação das conclusões da autoavaliação e dos respetivos mecanismos de divulgação.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivos Estratégicos

O serviço educativo prestado pela EPABI norteia-se por uma matriz de objetivos estratégicos plurianuais, para um ciclo de gestão de três anos, traçados em função do diagnóstico das potencialidades e das necessidades da comunidade escolar e do meio envolvente, da definição da visão e da missão para a unidade escolar, e necessariamente direcionados para a melhoria contínua do serviço prestado e voltados para a excelência dos resultados, nos seus múltiplos domínios.

Os objetivos de escola têm por base **princípios e eixos de atuação** considerados prioritários, designadamente:

- O desenvolvimento integral/ holístico dos alunos e a educação para *o saber, saber fazer, saber ser e saber estar*;
- A melhoria constante do desempenho e dos resultados dos diferentes intervenientes no processo educativo;
- A valorização do trabalho e do mérito dos alunos;
- O envolvimento e a participação ativa da família no processo educativo e na cultura de escola;
- A forte ligação e compromisso com a comunidade e com o mercado de trabalho.

OB1: ELEVAR O DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS AO NÍVEL ACADÉMICO, SOCIAL, CÍVICO E AMBIENTAL
OB2: ALARGAR A OFERTA FORMATIVA
OB3: CONSOLIDAR O RECONHECIMENTO DA EPABI COMO IMPORTANTE AGENTE DE FORMAÇÃO E CULTURAL REGIONAL
OB4: PROMOVER A EPABI NO CONTEXTO ARTÍSTICO NACIONAL E INTERNACIONAL
OB5: REFORÇAR A ARTICULAÇÃO INTER-ÁREAS DE FORMAÇÃO E DOS INTERVENIENTES NO PROCESSO EDUCATIVO

Os objetivos estratégicos são definidos para um ciclo de gestão de três anos. Encontram-se igualmente expressos e operacionalizados no Plano Anual de Atividades.

5.2. Objetivos Operacionais

Os objetivos operacionais decorrem dos objetivos estratégicos, operacionalizando-os anualmente. Encontram-se expressos no Plano Anual de Atividades, por Domínio de Referência: Resultados; Prestação do Serviço Educativo e Liderança e Gestão.

5.3. Metas

Tomando por base a definição dos objetivos estratégicos anteriormente mencionados, apresentam-se, de seguida, as seguintes metas:

Meta 1: Melhorar os resultados académicos dos alunos

Pretende-se elevar os resultados dos alunos na globalidade das disciplinas dos planos de formação, reforçando o empenho e a exigência nas disciplinas da área de formação sociocultural, com destaque para a Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, para as quais os alunos registam maiores dificuldades e menor predisposição para o estudo

(comparativamente com as disciplinas da componente de formação artística), apresentando-se porém a realização e aprovação no exame nacional de final do ciclo de estudos (12º ano) como condição indispensável ao ingresso no ensino superior em Portugal.

Meta 2: Desenvolver a formação integral dos alunos

Para além de uma sólida preparação e formação técnica/artística, pretende-se que os alunos adquiram uma ampla e sólida formação geral, científica, humana, axiológica e cívica, transformando os jovens em cidadãos ativos, cientes dos seus direitos e dos seus deveres.

Meta 3: Promover a dimensão técnica e artística na formação de excelência dos alunos

Para além da realização das atividades curriculares e de enriquecimento curricular de organização da escola, incentivam-se os alunos a participar em concursos nacionais e internacionais, que avaliam as performances artísticas dos jovens, em estágios e masterclass, dirigidos por personalidades de referência musical, ou ainda a assistir a concertos de música, de géneros e estilos diferenciados, que contribuam para uma formação artística de excelência.

Meta 4: Divulgar resultados de excelência

Pretendem-se difundir, através dos canais de comunicação próprios da escola e dos órgãos de comunicação social regionais e nacionais, os resultados escolares dos alunos, os prémios obtidos em concursos e as boas práticas da escola.

Meta 5: Estabilizar o número de alunos

Pretende-se que a instituição mantenha um número de alunos aproximado ao registado nos anos letivos anteriores, viabilizando o funcionamento das diferentes turmas, nas condições exigidas pela tutela e garantindo a sustentabilidade do projeto escola com o alargamento da oferta formativa para Cursos Profissionais de áreas diferentes da Música.

Meta 6: Aumentar o número de alunos proveniente da região da Beira Interior

Pretende-se que a maioria dos futuros alunos da escola seja proveniente da região da Beira Interior, apostando na valorização dos recursos endógenos e na mais-valia da proximidade das famílias à realidade escolar. Neste âmbito, é desejável reforçar a ligação da escola às instituições musicais locais e regionais, nomeadamente as bandas filarmónicas e os conservatórios, no sentido de motivar novos alunos para o ensino profissional da música.

Meta 7: Consolidar a instituição EPABI na comunidade e no panorama artístico

Pretende-se desenvolver iniciativas e projetos de forte ligação às instituições, empresas e coletividades da região, que continuem a afirmar o papel da EPABI enquanto agente formativo especializado, tanto na área da música como em outras áreas profissionalizantes, e dinamizador cultural de excelência, bem como dinamizar ações que reforcem e projetem o reconhecimento desta instituição no contexto educativo e artístico nacional e internacional.

6. ESTRATÉGIAS

6.1. Eixos Prioritários de atuação

Esta rúbrica, Estratégias, está estruturada de acordo com os três eixos prioritários de atuação da escola: alunos; família e comunidade.

A Escola Profissional de Artes da Covilhã assume-se como instituição comprometida com o sucesso educativo de todos os alunos. Assim, procura desenvolver em cada aluno a motivação, o rigor, o empenhamento e o sentido de responsabilidade face ao seu percurso formativo, na sua componente específica e profissionalizante e também na área sociocultural e científica, desafiando cada um a saber, a adquirir e a acumular conhecimentos, concorrendo para a superação de potenciais obstáculos, identificados pelo próprio, pelos agentes educativos e na interação escola – família. Neste sentido, em paralelo com as atividades afetas a cada componente do plano de estudos apresentado, a Instituição visa desenvolver iniciativas, contempladas em PAA, de caráter transversal e transdisciplinar, promotoras de competências específicas e gerais, científicas, técnicas, culturais e sociais, que fomentem o gosto pelo saber nas diversas componentes e que transformem os alunos em agentes conscientes das suas potencialidades e dificuldades, responsáveis pela melhoria e superação e determinados na construção de um percurso educativo de sucesso.

Em última análise, as estratégias que a seguir se apresentam assumem-se como elementos determinantes no incremento de valor a cada um dos alunos, capaz de lhe atribuir uma vantagem competitiva, isto é, o desafio de permanente trabalho e superação de dificuldades, de forma atempada e eficaz, ao longo do seu processo de ensino-aprendizagem e de construção da sua personalidade como cidadão ativo.

O Plano Anual de Atividades assume-se como documento operacionalizador destas estratégias.

6.2. Alunos

6.2.1. Medidas de Promoção para o Sucesso Escolar

As medidas de promoção do sucesso escolar têm o objetivo de assegurar o **cumprimento da escolaridade obrigatória** e **combater a exclusão** escolar.

a) Planos de Acompanhamento Pedagógico orientados para a Turma (PAPT)

Embora definido no artigo 32.º do Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril (direcionado apenas para o Ensino Básico), o ponto 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, aplica as estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo como objeto de planos de atividades adaptados às características das turmas, através de programas próprios, a desenvolver pelos Diretores de Turma, em articulação com o conselho de turma.

Assim, os Planos de Acompanhamento Pedagógico orientados para a Turma são igualmente aplicados ao Ensino Secundário e Profissional, definindo medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento mais eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas e a

coadjuvação em sala de aula, valorizando -se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino. O plano de acompanhamento pedagógico de turma é traçado, realizado e avaliado, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos de educação e em contacto regular com os encarregados de educação.

Estes Planos integram o Projeto Educativo, como anexo, contudo, num formato de arquivo independente (dossiê próprio).

b) Serviços de Psicologia e Orientação e Educação Especial

Estes serviços, no âmbito das suas áreas de ação, pretendem promover ações de orientação escolar e profissional e de apoio ao desenvolvimento psicológico individual dos alunos, desenvolver mecanismos e estruturas que permitam identificar, avaliar e acompanhar os alunos em situação de risco; aplicar atividades que facilitem a inclusão dos alunos com dificuldades socioeconómicas. No âmbito deste serviço, são também desenvolvidas iniciativas promotoras da articulação entre a escola e a família, no reforço do acompanhamento do percurso educativo e formativo de cada aluno.

c) Apoio à Educação Inclusiva

A Escola Profissional de Artes da Covilhã dispõe de uma equipa multidisciplinar composta por docentes, pela professora de educação especial e pela psicóloga para prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, sensibilizando a comunidade educativa para a educação inclusiva com propostas de medidas de suporte à aprendizagem que integrem, desenvolvam e maximizem o potencial dos alunos para a promoção do sucesso escolar.

Há um acompanhamento e monitorização da aplicação das medidas de suporte à aprendizagem a estes alunos e são elaborados os relatórios técnico-pedagógicos e, se aplicável, os programas educativos individuais e os planos individuais de transição onde constam o histórico do aluno, as adequações curriculares e o desenvolvimento de atividades/medidas que promovam a inclusão dos alunos a serem implementadas depois de aprovados pelos Pais ou Encarregados de Educação e pela Direção Pedagógica.

d) Ação Social Escolar

A EPABI desenvolve, através da ação social escolar, medidas destinadas a compensar os alunos economicamente mais carenciados, mediante critérios objetivos e de discriminação positiva, previstos na lei, nomeadamente, subsídio de material escolar de acordo com o escalão da segurança social.

e) Medidas de Prevenção da Desistência e do Abandono

O abandono escolar constitui um dos problemas mais graves que o país enfrenta, já que contribui para a perpetuação de baixos níveis de escolaridade, mesmo em idades mais jovens, o que, por sua vez, determina baixos índices de qualificação profissional. De entre as principais causas do abandono escolar, refira-se a falta

de meios financeiros, a falta de apoio das famílias, a fraca divulgação de informação (no que a questões importantes relacionadas com a adolescência diz respeito, como a sexualidade e o uso de estupefacientes), a própria falta de vontade dos alunos e ainda a falta de identificação/adaptação/ integração em determinados contextos educativos formais.

Assim, definidas com base nas potencialidades da escola e nos seus constrangimentos, delineou-se um conjunto de medidas de prevenção da desistência e do abandono que visa, em simultâneo, o sucesso escolar, a saber:

- Manter um contato regular entre Direção de Escola, Diretores de Turma, Serviços de Psicologia, alunos e EE;
- Promover e monitorizar, permanentemente, a assiduidade e a pontualidade;
- Promover e premiar o sucesso / mérito dos alunos;
- Fomentar a disciplina;
- Reforçar a importância da escolaridade e da aquisição de conhecimentos;
- Reforçar o papel da escola como centro de aprendizagem e de recursos culturais, intelectuais, científicos e tecnológicos;
- Incentivar a participação dos alunos na vida escolar, desenvolvendo o sentido de pertença à Escola;
- Por em prática mecanismos de projeção de uma imagem de qualidade da própria Escola, através de ações de divulgação e outras estratégias, solicitando, para a sua implementação, a participação dos próprios alunos;
- Promover hábitos e o espírito de trabalho e de organização pessoal;
- Facultar apoio aos alunos, no âmbito do SPO, na elaboração dos seus horários e métodos de estudo;
- Promover ações de sensibilização de questões importantes inerentes à adolescência, como a utilização de estupefacientes e a sexualidade, convidando especialistas nas áreas;
- Dinamizar sessões de esclarecimento, protagonizadas por antigos alunos, dando testemunho de realização e sucesso académico e profissional;
- Dinamizar atividades enriquecedoras das aprendizagens e motivadoras como visitas de estudo, academias e projetos focados na vertente profissional dos cursos e integrando as vivências e interesses dos alunos;
- Face a situações de eventual abandono escolar sobretudo por alunos menores de idade e integrados na escolaridade obrigatória, motivadas pela observação de comportamentos de risco do aluno ou da família, promover a articulação com outras estruturas de apoio e acompanhamento como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e as equipas de intervenção Escola Segura da Guarda Nacional Republicana (GNR) ou da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Importa também referir que a escola promove um ambiente saudável e respeitador entre os diferentes elementos da comunidade educativa, dentro e fora das aulas, que possibilitem o convívio e o gosto pelo contexto escolar.

6.2.2. Desenvolvimento Integral, Realização Pessoal e Criação de Valor para o Aluno

a) Atividades de Animação e Complemento Curricular

As atividades de animação e complemento curricular constituem ações lúdicas, pedagógicas ou informativas que procuram apoiar, enriquecer e complementar as atividades letivas. Estas atividades, contempladas no Plano Anual de Atividades, maioritariamente de carácter interdisciplinar, visam contribuir para a formação integral dos alunos, para a vivência de experiências diversificadas e significativas para a formação harmoniosa da personalidade dos indivíduos e ainda para a aproximação dos alunos ao contexto real de trabalho e da escola em relação à comunidade. Entre as atividades destacam-se as *Jornadas Culturais*, com a realização de um conjunto de iniciativas significativas para o percurso dos alunos e de aproximação a contextos reais e do mercado de trabalho e a realização de diversos concertos musicais em diferentes espaços da cidade, da responsabilidade de alunos e grupos de alunos da escola, abertos ao público em geral.

Enquadram-se, igualmente, nesta tipologia a realização de atividades comemorativas de **dias festivos**, entre eles: *Dia Mundial da Música; Dia de Santa Cecília; Dia Mundial da Ciência; Festa de Natal; Concerto de Mascarados; Concerto de Páscoa; Concerto do 25 de Abril; Dia Mundial da Criança*, entre outros, nos quais é incentivada a participação de todos os alunos e da comunidade escolar.

Neste âmbito, refiram-se também os **concursos e campeonatos** organizados pela escola, como o *Concurso Interno da EPABI*, no qual se distinguem e premeiam as melhores performances artísticas dos alunos, de cada naipe de instrumento e de grupos de conjunto. Estão também contemplados em PAA concursos artísticos externos, nacionais e internacionais, cuja participação dos nossos alunos é apoiada e incentivada pela escola para que os mesmos reconheçam o nível praticado por outros jovens e de modo a estimular o reforço do trabalho individual, destacando-se o *Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro – Terras de La Salette*, *Concurso de Bandas*, o *Concurso Internacional Cidade do Fundão* e o *Concurso Internacional de Bandas – Filarmonia D’ Ouro*.

b) Apoios educativos

Os apoios educativos, baseados no princípio da diferenciação pedagógica e em estratégias de ensino individualizado, orientam-se para a redução e supressão de dificuldades de aprendizagem diagnosticadas nos alunos, para a recuperação de alunos, para a melhoria contínua do desempenho dos alunos e dos seus resultados escolares. Pretende-se que os apoios oferecidos aos alunos sejam promotores do desenvolvimento científico, pessoal, social e cultural dos discentes.

As atividades de **apoio ao estudo** podem assumir as formas de apoio individual, de pequenos grupos ou de turma, realizando-se sempre que alunos sejam referenciados diretamente por professores, pelos pais e encarregados de educação ou solicitado pelos próprios. Os apoios funcionam para cada uma das disciplinas das componentes de formação sociocultural e científica dos cursos e durante o período em que se considerar necessário, desenvolvendo-se em sessões semanais. Com carácter permanente ao longo do ano letivo e no âmbito da

disciplina de Formação Musical, a escola disponibiliza apoio para os alunos do 1º, 2º e 3º anos dos cursos profissionais de nível IV, que apresentem falta de pré-requisitos ao nível dessa disciplina.

Neste âmbito, mencionam-se, igualmente, os **apoios de preparação para exames nacionais de 12º ano de escolaridade**, nas disciplinas de Português, Língua Estrangeira – Inglês e História da Cultura das Artes, também com caráter semanal, da responsabilidade dos docentes titulares das disciplinas referidas, para os alunos que, no ano letivo, se propõem a exames, dos 2º e 3º anos dos cursos. Estes apoios destinam-se a melhor preparar e capacitar os alunos para a aprovação nas referidas provas de exame, tendo em vista o prosseguimento de estudos ao nível superior.

A escola assegura ainda a **recuperação de aulas**, em contexto de apoio, aos alunos com faltas justificadas às atividades escolares, de acordo com o *ponto 6 do artigo 16º, da Lei nº 51/2012*. Neste contexto, o professor da disciplina destina as tarefas a concretizar pelo aluno, constantes de um plano de reposição de horas de formação. De referir ainda que a escola pretende, simultaneamente, acompanhar e apoiar os alunos com bom aproveitamento de forma a desenvolver o seu potencial de aprendizagem, através de diversas estratégias, como por exemplo, a disponibilização de materiais didáticos para aprofundamento de matérias e conhecimentos ou a solicitação de realização de trabalhos de pesquisa temáticos orientados, tendo em vista a apresentação aos colegas da turma.

c) **Projetos e Academias**

Os **projetos** desenvolvidos pela escola refletem o compromisso com a formação para uma cidadania ativa e a ligação e cooperação da escola com a família, comunidade e o meio envolvente, tendo em vista a criação de mais-valias para a escola e para a região, sobretudo no domínio social e cultural. Pretende-se envolver diretamente os alunos em atividades que proporcionem ambientes fortemente relacionais e em projetos de valor acrescido ao nível do desenvolvimento humano e social, fomentando nos alunos a vivência quotidiana de princípios e valores constantes do projeto educativo, como a solidariedade, a tolerância, a criatividade, a responsabilidade social, cívica e ambiental. Numa perspetiva de forte compromisso e envolvimento com a família, pais e encarregados de educação, e de promoção do bem-estar da comunidade, propõe-se também a dinamização de projetos específicos nas áreas da saúde e do apoio social.

A EPABI desenvolve os seguintes projetos:

- **MÚSICA PARA TODOS!**

Dinamização de sessões faseadas de apresentação, demonstração e, mediante o interesse e a aptidão, a aprendizagem de instrumentos musicais por parte de crianças e jovens integrados em instituições ligadas à música, como bandas filarmónicas e academias da região. As sessões assumem um caráter regular e podem ter lugar nas instalações da



EPABI ou nas sedes sociais das associações/ instituições envolvidas. As sessões são desenvolvidas preferencialmente por alunos da escola, com a supervisão de um docente da instituição.

- MÚSICA PARA CRIANÇAS

Dinamização de sessões lúdico-pedagógicas (mensais) que relacionem os alunos da EPABI com crianças de diversas faixas etárias, do pré-escolar ao 2º ciclo de escolaridade, desempenhando os alunos da EPABI a função de apresentar os instrumentos musicais, demonstrar as características e potencialidades dos instrumentos e executar momentos musicais, a solo ou em grupo.



Este projeto desenvolve-se em infantários, escolas e ATL da região, em parceria com as autarquias locais e a Associação de Desenvolvimento Local Beira Serra, tendo por finalidade facilitar o contato das crianças com a música e sensibilizar para a importância da música no desenvolvimento cognitivo e social.

- MÚSICA PARA A SAÚDE

Realização de momentos musicais, concertos e concertos pedagógicos no Centro Hospitalar Cova da Beira, junto de públicos e serviços específicos, com regularidade e em contextos festivos, da responsabilidade das formações artísticas de grupo da escola, como forma de proporcionar e criar momentos descontraídos, relaxantes e que



produzam bem-estar aos utentes do hospital, bem como permitir aos alunos da EPABI contactar com diferentes realidades e desenvolver ações na vertente da musicoterapia e voluntariado.

- CONTRATO DE LEITURA

Este projeto tem como objetivos primordiais sensibilizar os alunos para a importância dos livros e da leitura, fomentar o interesse e a motivação pela prática da leitura. Desta forma, espera-se que os alunos enriqueçam os seus conhecimentos culturais e literários, bem como dotá-los de competências ao nível da leitura, escrita e interpretação textual na língua materna e em língua estrangeira. Na prática e no âmbito das disciplinas de Português e Língua Estrangeira - Inglês, será feita uma campanha de recolha de livros junto da comunidade educativa para apetrechamento da biblioteca escolar, a partir de uma lista de livros previamente selecionada (de acordo com o programa da disciplina de Português e Inglês para o ensino básico e secundário). Posteriormente, os docentes celebram contratos de leitura com os alunos, de modo a que cada aluno leia, no mínimo, 2 livros por ano letivo, a partir de uma seleção de propostas de leitura. Cada aluno elaborará uma ficha de leitura e, em sessões de turma, dinamizará uma exposição para partilha da leitura realizada.

- DESAFIOS MATEMÁTICOS

Com este projeto propõe-se uma forma lúdica e divertida de aprender e praticar matemática, fomentando o gosto pelo pensamento lógico e cálculo matemático. Mensalmente é afixado em local próprio da escola um desafio, problema ou enigma matemático, que os alunos deverão resolver. As respostas são registadas em papel devidamente identificado pelos alunos e entregue por estes ao docente da disciplina, até ao final do mês. No início do mês seguinte é divulgado o resultado correto do problema e identificado o(s) aluno(s)/ equipa(s) vencedora(s). No final do ano letivo, serão contabilizadas todas as respostas e será atribuído um prémio ao(s) aluno(s) / equipa(s) que tenham acertado e resolvido o maior número de problemas e enigmas.

Por sua vez, as **academias/ clubes** assumem-se como canais facilitadores da aquisição e veiculação de conhecimentos, de vivência e troca de experiências enriquecedoras que contribuem para a formação integral, ampla cultura geral e bem-estar físico e psíquico dos alunos, num ambiente fora da sala de aula, assumindo uma vertente lúdica e educativa não formal.

- CLUBE DE ESCRITA CRIATIVA

A funcionar ao longo do ano letivo, em horário flexível, esta academia pretende dar resposta ao reconhecimento de aptidões para a representação e para a escrita criativa nos alunos, bem como nas potencialidades de valorização da sensibilidade artística e estética dos alunos, jovens artistas. Anualmente, é proposta uma obra literária, preferencialmente de entre as que figuram no currículo, para adaptação textual, ou a criação de textos originais, a partir de uma determinada temática, para dramatização e apresentação pública.



- CLUBE VERDE & AVENTURA

As questões ambientais assumem um papel primordial no contexto educativo e devem ser abordadas numa perspetiva crítica e de reconhecimento de problemas ecológicos, desde logo, ao nível da escala local. Nesta academia propõe-se envolver os alunos em diferentes ações que motivem os alunos e a comunidade educativa, em geral, para o envolvimento ativo em causas de defesa do património natural e em ações de proteção ambiental, fomentando o gosto e o respeito pela natureza e o desenvolvimento de cidadãos ambientalmente responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento



sustentável. As atividades a desenvolver não têm um horário definido, podendo realizar-se ao final da tarde ou ao fim de semana, garantindo um maior número de participantes.

d) Ações de Responsabilidade social, cívica e ambiental (Projetos de Cidadania e Desenvolvimento)

De acordo com a Direção Geral de Educação, “a educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.”²

A escola constitui um palco primordial para as aprendizagens e para o exercício da cidadania, pois nela se refletem as preocupações e as dinâmicas da sociedade. A educação para a cidadania deverá, pois, integrar os diversos currículos e as práticas pedagógicas, numa abordagem transversal, transdisciplinar e integradora.

Pretende-se que, em contexto de sala de aula e através da dinamização de atividades e projetos escolares, se fomente a reflexão e a ação sobre os problemas de cada um e da sociedade, em geral, gerando um exercício que conduza à tomada de consciência e à prática de atitudes e comportamentos responsáveis de intervenção e transformação social, assentes nos direitos humanos, fundamentalmente nos valores da igualdade, da democracia, da justiça social, da tolerância e da solidariedade humana.

De forma a concretizar a prática e a vivência de uma verdadeira educação para a cidadania, a escola desafia toda a comunidade escolar, já desde o ano letivo 2013/2014, ao envolvimento ativo na concretização de ações de Responsabilidade Social, Cívica e Ambiental, dedicadas a uma área temática, população e território-alvos concretos, a partir de uma reflexão partilhada por diferentes agentes educativos e em função das necessidades e problemas do meio envolvente. Assim, os Projetos de Cidadania e Desenvolvimento, da responsabilidade de cada turma, visam envolver os alunos, os colaboradores, as famílias e a comunidade envolvente em iniciativas que visem alcançar o bem comum, tendo por base os princípios e objetivos do projeto educativo de escola.

e) Dimensão artística

Pela natureza profissional artística da instituição, esta é uma dimensão caracterizadora da dinâmica escolar, traduzida em múltiplas ações pedagógicas curriculares no âmbito das disciplinas da área de formação técnica e artística, com destaque para os recitais (provas públicas de avaliação artística) de instrumento, de piano e de música de câmara, quer através das atividades realizadas em formação em contexto de trabalho e voltadas para a comunidade, como são os casos dos concertos pedagógicos, lúdicos e festivos. A escola motiva também os alunos para a participação em concursos artísticos externos, nacionais e internacionais, de forma a aperfeiçoar as competências artísticas instrumentais dos futuros profissionais da música. Para além das atividades instrumentais e também de âmbito curricular, a existência de um coro constituído pela totalidade dos alunos

² In <http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/>

dos cursos de instrumentista (nível IV), permite trabalhar o desenvolvimento vocal dos jovens e assumindo-se como ferramenta de integração e relacionamento social.

Neste contexto, em que a maioria dos alunos apresenta uma significativa sensibilidade estética e artística, a escola tem procurado desenvolver projetos e academias extracurriculares com vista ao desenvolvimento de outras vertentes e competências artísticas, nomeadamente a escrita criativa, a composição musical, a dramatização, o cinema e a pintura.

f) Promoção do Mérito – Motivação para o Sucesso

A motivação para o sucesso e o reconhecimento do mérito são princípios fundamentais da orientação escolar. Ponderados os fatores de motivação que potenciam um maior envolvimento dos alunos, a Escola reconhece e publicita trimestralmente o valor e a excelência do trabalho e da participação dos seus alunos, através da elaboração e divulgação dos **Quadros de Honra** de *Aproveitamento* e de *Atitudes e Valores*, por turma, relativos a cada um dos



períodos letivos, de acordo com a análise efetuada em contexto de conselho de turma. De forma a dar ênfase a esta prática, a escola, através dos seus canais de comunicação (*website*, *e-newsletter* e *Jornal de Parede*) divulga os nomes dos alunos que se distinguem pelos resultados de excelência nos diferentes domínios educativos, premiando estes e, assim, motivando os outros.

Por sua vez, a EPABI organiza, anualmente, o **Concurso Interno da EPABI**, no qual os alunos têm a oportunidade de explorar, revelar e divulgar as suas capacidades artísticas, perante um palco, um público e um júri constituído para o efeito. Esta estratégia traduz a excelência do trabalho contínuo realizado ao longo do tempo num momento curto de apresentação pública e promove a concorrência saudável, o mérito, o sucesso e realização pessoal. As provas inerentes ao referido concurso são abertas ao público e decorrem ao fim de semana, de forma a possibilitar que toda a comunidade escolar possa acompanhar ativamente as atividades de promoção do mérito dos alunos.

O reconhecimento público do mérito dos alunos pretende constituir-se como um elemento motivador para os alunos, pelo que é importante que toda a comunidade se empenhe neste processo de valorização dos alunos.

A **Cerimónia de Entrega dos Diplomas** constitui outra estratégia dinamizada anualmente para promover e divulgar os melhores alunos de cada turma e de cada curso profissional, convidando toda a comunidade a participar neste evento que se pretende formal e solene. Os melhores alunos da escola, distinguido um por cada naipe ou grupo de instrumentos, são convidados a realizar um **concerto a solo público** com uma das formações de orquestra da escola, situação ambicionada por cada um dos alunos ao longo da sua formação escolar. Nesta

atividade são convidadas personalidades de relevo na área de formação, bem como representantes de mérito das instituições locais, regionais e nacionais.

Ao longo do ano letivo, os alunos são também incentivados a participar em concursos e festivais externos à escola, que se realizam em território nacional ou no estrangeiro, preparando-os para as suas prestações e divulgando, publicamente, nos órgãos de comunicação social, os resultados obtidos.

No entanto, a motivação para o sucesso não é apenas dirigida aos alunos, mas também a todos os colaboradores. É reconhecido pela Direção o bom desempenho dos docentes e não docentes, através de elogios públicos, em contexto de reunião ou em momentos mais formais, e apresentados os exemplos de boas práticas a seguir pelos restantes colaboradores, numa perspetiva de melhoria global do serviço educativo prestado. Por outro lado, a monitorização constante dos serviços e dos processos permite diagnosticar fragilidades individuais e/ou de grupo, abordadas com naturalidade e envolvendo-se os responsáveis no sentido de converter em oportunidades de melhoria, transmitindo-se a ideia fundamental de que todos devem colaborar ativamente para o sucesso e que o sucesso da instituição depende da colaboração de todos.

6.2.3. Práticas de Ensino e Assunção de Responsabilidades

a) Contrato com os alunos: Compromisso e Responsabilidade

Promotora do papel central do aluno como agente das aprendizagens, a EPABI concorre para o desenvolvimento do sentido crítico e de responsabilidade do aluno face ao seu trajeto formativo, estimulando o delinear de objetivos individuais tangíveis e promotores da autossuperação e do crescimento do aluno como cidadão e futuro profissional, bem como do rigor na apresentação e concretização das metas a alcançar. No início do curso e em cada arranque de ano letivo, os docentes estabelecem contratos pedagógicos com a turma e com cada aluno em particular, definindo as metas a atingir e o nível de desempenho esperado no final do ano letivo e no final do ciclo de estudos. As metas gerais destinadas a cada aluno são delineadas num documento-plano, envolvendo diversos agentes, como o Diretor de Turma, professores e responsável do SPO, responsabilizando-se, deste modo, pela necessidade de trabalhar diariamente para a concretização desse compromisso entre professor(escola) –aluno(família). O contrato é, igualmente, dado a conhecer ao encarregado de educação, motivando-o a colaborar na sua elaboração, através de reunião de orientação educativa e, se possível, com a Direção da escola.

Os **contratos pedagógicos**, que podem assumir a natureza de turma ou individual, são avaliados em cada período letivo, no final do qual é transmitido *feedback* ao aluno e ao encarregado de educação/pais, por forma a dar conhecimento do percurso seguido e desenvolvido pelo aluno e a dar instruções objetivas de como agir no período seguinte no sentido de se atingir a progressão desejada, definindo-se alterações de atitudes face ao processo de ensino-aprendizagem, na eventualidade de se virem a revelar desajustes face aos resultados inicialmente esperados. No caso da disciplina de instrumento, os contratos incidem ainda sobre as peças e obras artísticas a executar e a forma como devem ser apresentadas em público.

b) Metodologias ativas e experimentais da aprendizagem

As atividades de pesquisa individual, de grupo ou orientadas são fundamentais no processo de autonomia na construção do próprio conhecimento e no processo de autorregulação. A elaboração da **Prova de Aptidão Profissional**, considerando a vertente teórica (*relatório*) e a vertente prática (*recital de instrumento*), no final do curso, pressupõe a aplicação de metodologias ativas, de pesquisa, de reflexão, de experimentação e produção material e imaterial. Desta forma, os alunos desenvolvem competências essenciais ao nível da responsabilidade, autonomia, espírito de descoberta e investigação e a prática do método de investigação científica.

Em cada uma das disciplinas, os alunos realizam também atividades orientadas de pesquisa sobre diferentes temas e problemas ou de aprofundamento sobre matérias abordadas em contexto de sala de aula, cujos resultados são, geralmente, apresentados à turma.

Uma atitude questionadora, sustentada no campo de interesses e na curiosidade do aluno face a problemas reais, motiva a busca de conhecimentos e a procura constante de resultados que dão azo a que o aluno reconstrua saberes, repense convicções e comportamentos, tome consciência dos próprios progressos e se transforme no decurso do processo educativo, *aprendendo ao fazer*. Reconhece-se a permanente necessidade da iniciativa própria e do espírito crítico dos alunos como forma de atribuir significado e enriquecer os momentos de aprendizagem que pretendemos sempre efetivos e a pertinência de valorizar os conhecimentos que o aluno transporta de outros contextos na construção de novo conhecimento. Assim, o aluno constrói gradualmente o saber que nunca se considera completo, pelo que se destaca o processo e não apenas o conteúdo, que não devemos, contudo, menosprezar.

Promove, também, a integração de metodologias ativas nas planificações, através de projetos e aulas experimentais, incrementando a articulação entre todos os agentes educativos, nomeadamente através do desenvolvimento conjunto de atividades do Plano Anual de Atividades.

c) Tecnologias de Informação e Comunicação

As TIC constituem um conjunto de ferramentas de pesquisa e de trabalho com forte presença nas rotinas escolares, nas diferentes áreas disciplinares, acompanhando o investimento tecnológico registado na escola, de modo a que os docentes e também os alunos possam familiarizar-se com as novas tecnologias, integrando-as nas estratégias e nos recursos pedagógicos.

Ajudar o aluno a utilizar as tecnologias de informação como instrumentos de trabalho habituais e quotidianos, sem descurar a importância relacional do trabalho em grupo, são passos fundamentais na preparação de um cidadão trabalhador, responsável e com capacidade para acompanhar a evolução social e a dinâmica tecnológica laboral que caracterizam os nossos dias. Em contexto de sala de aula, o recurso ao quadro interativo, ao videoprojector, ao computador, a utilização de programas de exposição de conteúdos (powerpoint, prezi, etc.), aplicações e software específicos em diversas áreas do saber (como por exemplo o Google earth e Google map, na geografia, ou programas de leitura e composição musical, como o Sibelius e Finale, no caso da música) são práticas constantes que motivam os alunos para as aprendizagens e para a sua exploração.

Saliente-se ainda que a disciplina de TIC integra o plano curricular dos cursos profissionais (nível IV), estando distribuída pelos 3 anos do curso, para que os alunos progridam de forma consistente e equilibrada, aprofundando conhecimentos e resolvendo problemas de maior complexidade à medida que exploram diferentes tecnologias, favorecendo a aprendizagem ao longo da vida.

d) Trabalhos de casa

Os trabalhos de casa constituem uma estratégia pedagógica que tem como principal objetivo permitir ao aluno disciplinar-se, criar autonomia e responsabilidade e consolidar aprendizagens. Devido ao elevado número de atividades letivas diárias que integram o horário dos alunos e à exigência de realização de um estudo e treino diário ao nível do instrumento principal, o tempo dos alunos extraescola é bastante escasso. Face ao exposto, a marcação de trabalhos de casa, como a resolução de exercícios, a resolução de uma ficha de trabalho ou a produção de um trabalho de pesquisa é forçosamente articulada com os restantes professores da turma, de forma a não sobrepor atividades, concedendo-se, geralmente, um tempo de realização maior (por norma, uma semana ou mais, de forma a permitir a sua realização aos fins-de-semana, com o conhecimento e supervisão dos pais).

6.3. Família

Reconhece-se o papel primordial e insubstituível da família na educação e desenvolvimento da pessoa humana e na estruturação da sociedade. Ao nível da realidade escolar, o acompanhamento da família no percurso escolar, educativo e formativo das crianças e jovens é, pois, fundamental. As dimensões escola e família devem, assim, colaborar e atuar no mesmo sentido para o alcance do sucesso e realização dos alunos, na sua plenitude. Em primeiro lugar, compete à escola divulgar aos pais e encarregados de educação o seu projeto educativo e motivá-los para a vivência deste projeto, convidando-os a estar presentes nas iniciativas escolares, desafiando-os a desenvolver atividades que se baseiem em experiências pessoais e profissionais e, por outro lado, responsabilizando-os a acompanhar e ter uma atitude interventiva na condução do percurso escolar dos educandos, quer na superação de dificuldades, quer no reconhecimento do mérito alcançado.

Considere-se também a dinamização de **sessões semanais de atendimento aos Encarregados de Educação**, por parte do Diretor de Turma e com a presença da Direção da escola, sempre que se considere pertinente ou em que a sua presença seja solicitada, nas quais é realizada uma análise ao desempenho escolar do aluno, ao nível do aproveitamento, assiduidade, comportamento e atitudes e, por vezes, na tentativa de encontrar estratégias comuns para a resolução de problemas ou para a melhoria dos desempenhos. No final de cada período, estas reuniões assumem um caráter mais formal, sendo facultado o relatório de progressão modular do aluno.

É ainda importante salientar que a escola realiza, anualmente, diversas iniciativas, de âmbito curricular e extracurricular, nas quais os pais e encarregados de educação participam, como os concertos, os recitais de instrumento e de música de

câmara, as jornadas culturais, entre outras, que fomentam o envolvimento dos pais na vida da escola e na afirmação da própria cultura de escola.

6.4. Comunidade envolvente

A matriz de intervenção regional da escola e o tipo de ensino profissional que ministra favorecem a forte e permanente ligação da EPABI com a comunidade envolvente. A EPABI assume-se como instituição de ensino e agente cultural ao serviço da cidade da Covilhã e da região da Beira Interior. Por isso, a escola é recetiva às solicitações que são apresentadas, desde que não comprometam o desenvolvimento das atividades e o funcionamento escolar e, por outro lado, a escola também incentiva as entidades locais e regionais a participar das iniciativas e projetos por aquela protagonizados. A atestar esta dinâmica refira-se o elevado número os protocolos e as iniciativas realizadas em parceria com instituições locais e regionais, sobretudo de caráter social e cultural, como por exemplo, os concertos realizados no Centro Hospitalar Cova da Beira, as palestras dinamizadas por responsáveis da Universidade da Beira Interior, os espetáculos artísticos em parceria com a autarquia ou associações, os *masterclass* desenvolvidos pelos colaboradores docentes e alunos nas bandas filarmónicas na região ou ainda os concertos festivos de Natal, Carnaval e Páscoa, com o apoio da Câmara Municipal da Covilhã, paróquias e associações de desenvolvimento local.

Considera-se que a EPABI tem contribuído para a promoção e divulgação cultural, nomeadamente na área da música, oferecendo um serviço diferenciador e de qualidade e permitindo formar e criar novos públicos, num contexto regional em que a densidade de oferta cultural é relativamente limitada.

Por sua vez, esta ligação à comunidade é propícia e necessária à concretização dos objetivos da disciplina de formação em contexto de trabalho, que integra os planos de formação dos cursos profissionais, em que os alunos desenvolvem experiências artísticas, profissionais, sociais e relacionais regulares com o mercado de trabalho e com as instituições da comunidade envolvente. Desta forma, facilita-se a aquisição de competências e a integração dos alunos na vida ativa, ao mesmo tempo que se lhes proporcionam significativas e diversificadas experiências reais com o mundo do trabalho.

6.4.1. Parcerias e Protocolos

O relacionamento institucional da EPABI com o meio envolvente e com a comunidade constitui um dos primordiais princípios da unidade escolar, materializado através do estabelecimento e desenvolvimento de parcerias e protocolos com entidades de âmbito local, regional, nacional e internacional, públicas e privadas.

A EPABI procura, constantemente, desenvolver e reforçar parcerias de forma a, por um lado, promover experiências de aprendizagem em



diversificados contextos profissionais e relacionais, com a finalidade de melhor preparar os alunos para o

exercício de uma atividade profissional. Por outro lado, as iniciativas realizadas em parceria têm, igualmente, como propósito contribuir significativamente para a promoção e elevação cultural dos territórios e das populações da Beira Interior.

A EPABI desenvolve ainda parcerias com empresas na área da formação, saúde e bem-estar, de modo a que a sua comunidade educativa possa ter acesso a bens e serviços em condições vantajosas, numa perspetiva de integração e satisfação dos colaboradores, alunos, pais e demais familiares.

No início de cada ano letivo, são desenvolvidos contatos, formais e informais, com as diversas entidades parceiras, de forma a planificar projetos e atividades conjuntas que concretizem os pressupostos de cada uma das entidades e, simultaneamente, que se constituam como práticas de articulação e colaboração duradouras e dinâmicas, numa lógica da partilha de recursos, serviços, experiências e conhecimentos. Algumas destas parcerias visam ainda oferecer aos alunos oportunidades diferenciadoras de realização pessoal e profissional e criação de mais-valias na perspetiva da sua formação artística, como por exemplo, a realização de estágios e masterclass com personalidades de distinta e reconhecida qualidade. No âmbito da formação em contexto de trabalho, são em número elevado as instituições com as quais a EPABI estabelece protocolos institucionais, designadamente: *Câmara Municipal da Covilhã; Centro Hospitalar Cova da Beira, Epe; Universidade da Beira Interior; Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior de Artes Aplicadas; Conservatório Regional de Música da Covilhã; Conservatório Regional de Castelo Branco; Associação Cultural da Beira Interior; Academia de Música e Dança do Fundão; Escola de Música do Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral; Associação de Desenvolvimento Local Beira Serra; Associação Centro Cultural e Desportivo do Oriental de S. Martinho; Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense; Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; Escola de Hotelaria e Turismo do Fundão; Associação Recreativa Musical Covilhanense – Banda da Covilhã; Associação Cultural e Desportiva Paulense – Banda Filarmónica do Paul; Associação Social Cultural Recreativa e Desportivo de Pínzio; Banda Filarmónica de Famalicão da Serra; Teatro das Beiras; Clube Nacional de Montanhismo; Lions Clube da Covilhã; Grupo de Educação e Recreio Campos Melo; Núcleo de Todas as Gerações do Teixoso; e Associação da juventude Ativa da Castanheira. Recentemente, a EPABI tem vindo a apostar no estabelecimento de protocolos de cooperação ao nível nacional, como o caso do protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres / Câmara Municipal de Fornos de Algodres, para o desenvolvimento do projeto musical *Orquestra de Sopros Portuguesa*, e a nível internacional, como é o caso do *Conservatório Koninklijk*, em Den Haag, na Holanda, para a dinamização de masterclass e partilha de recursos, bem como para promover o ingresso dos alunos da EPABI no ensino superior na Holanda.*

6.4.2. Projetos

Os projetos promovidos e dinamizados pela EPABI com a participação de diferentes instituições públicas e privadas, assumem um papel primordial na formação dos alunos e na materialização de princípios e valores cimentados em contexto escolar. Anualmente, a escola envolve-se na concretização de projetos artísticos, envolvendo outras entidades e agentes como forma de diversificar as experiências e os contextos artísticos dos

alunos, como é o caso dos musicais em parceria com a Associação Cultural e Desportiva Oriental de S. Martinho ou os espetáculos com o Coro da Associação Cultural da Beira Interior. Além destes, a instituição firma parcerias com instituições ligadas à área de formação para promover o gosto e o interesse precoce pela aprendizagem musical em crianças e jovens, como é o caso de projetos com diversas bandas filarmónicas da região.

Importa ainda referir projetos que investem na formação humana dos alunos, reforçando valores como os da solidariedade, da tolerância e do respeito mútuo. O projeto “Música para a Saúde”, em parceria com o Centro Hospitalar Cova da Beira, ou o projeto “A Música é para Todos”, promovendo o contato e relacionamento das nossas crianças e jovens com contextos muito particulares e com pessoas com determinado tipo de problemas, desde os de saúde aos do foro económico, ajudam os alunos a terem um desenvolvimento humano e social mais próximo do exigido no período complexo e difícil em que vivemos.

Refira-se ainda os estágios, masterclass e audições multidisciplinares, cujo resultado do trabalho realizado nestes contextos resulta sempre em apresentações públicas destinadas à comunidade escolar, constituindo estratégias pedagógicas promotoras da formação qualificada e mais próxima à da realidade profissional. Este último aspeto reveste-se da maior importância, pelo acréscimo de valor nos alunos, pois o objetivo é melhor preparar, física e psicologicamente, os alunos para o ingresso no mercado de trabalho.

6.4.3. Atividades Escola ↔ Comunidade

A EPABI tem-se assumido, nos últimos anos, como um dos principais agentes dinamizadores culturais da região. São inúmeros os concertos e atividades que são organizados e oferecidos ao público, para que possam desfrutar e apreciar do trabalho desenvolvido pelos alunos. Graças a essa, cada vez mais forte, ligação com o público, a EPABI, promove um conjunto de concertos, da sua responsabilidade, que se realizam anualmente e que integram a agenda cultural da Covilhã, como o caso do Concerto do Dia Mundial da Música, Concerto de Santa Cecília, Concerto de Natal, Concerto de Páscoa e de Mascarados. A grande maioria destas atividades realizam-se em horário extra letivo, por norma, à noite e ao fim-de-semana, de modo a permitir a participação de diferentes tipos de público e a população em geral.

É também forte a ligação às instituições da cidade, com quem a EPABI assume um papel de dinamizador cultural de destaque. As atividades regulares e as diversas parcerias que a EPABI realiza com o Centro Hospitalar da Cova da Beira, participando nos “Momentos Musicais do Hospital Dia” e nos “Momentos Musicais de Natal”, e com a Câmara Municipal da Covilhã, participando em inúmeras atividades culturais promovidas pelo Município, são algumas das mais importantes atividades de partilha do trabalho desenvolvido pelos alunos.

6.4.4. Ligação aos Antigos Alunos

Acompanhar o percurso e manter contato ativo com os antigos alunos é uma matéria da maior relevância para a estratégia de desenvolvimento da EPABI. A qualidade com que os alunos terminam o seu percurso revela-se também pela possibilidade de, um dia mais tarde, poderem regressar à EPABI na qualidade de professores. São

vários os ex-alunos que voltam à EPABI na qualidade de representantes de mérito, para orientar *masterclasses*, *workshop's* ou fazerem parte do júri das Provas de Aptidão Profissional.

Existem também casos de ex-alunos que, após terminarem a sua formação na EPABI e a sua formação no ensino superior, regressaram à escola na qualidade de professores, exercendo a função de docentes, sendo-lhes mais fácil integrar e assimilar o projeto escola, pois cresceram com ele. Ambas as situações são extremamente motivantes para os alunos, pois permitem constatar que o percurso escolar, para além de ser importante na sua formação e desenvolvimento, pode também ser um objetivo na vida futura.

Consideramos que a partilha de experiências vivenciadas durante a formação é importante. Neste sentido, a escola promove iniciativas que reforçam a ligação dos ex-alunos aos novos alunos da escola, convidando aqueles para dinamizar sessões com alunos, onde possam partilhar conselhos, práticas, rotinas e alertas para que os mais novos possam estar mais preparados para os diferentes desafios do seu percurso escolar, e dessa forma alcançar o sucesso. Constitui já uma prática na escola o convite a um ou dois ex-alunos, com um percurso académico de referência, para reunir com os novos alunos, no primeiro dia de aulas de um ano letivo.

É importante referir também que a escola tem convidado, igualmente, alguns dos seus ex-alunos que desenvolvem carreiras profissionais de sucesso para realizarem atuações artísticas a solo com as orquestras da escola, revelando à comunidade educativa a importância da formação de base e os resultados alcançados com a preparação realizada na EPABI, situação que se constitui como extremamente motivante para os alunos.

Pretende-se ainda reforçar esta ligação através do convite dirigido a ex-alunos para constituir júris em concursos e provas internas da escola.

No ano letivo 2017/2018, a propósito da comemoração dos 25 anos da EPABI, a escola convidou antigos alunos para ministrar masterclass e realizar comunicações; foram distinguidos os alunos da 1ª turma, do ano letivo 1992/1993, na cerimónia de entrega de diplomas. Diversos grupos de música de câmara, constituídos por antigos alunos, realizaram concertos na escola ao longo do ano letivo. Assim, reforçou-se a ligação aos antigos alunos e valorizou-se a cultura de escola.

7. OFERTA FORMATIVA

A EPABI – Escola Profissional de Artes da Covilhã centra as suas ofertas formativas na área das Artes do Espetáculo e, concretamente, no domínio do ensino da música, numa vertente profissional e qualificante.

As ofertas formativas distribuem-se por dois níveis de qualificação profissional, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações, a saber:

- Curso Básico de Instrumento – nível II

Condições de acesso: 6º ano de escolaridade e aprovação nas provas de seleção

Certificação: ensino básico (9º ano de escolaridade) e certificação profissional de nível II

Possibilidade de prosseguimento de estudos para os cursos profissionais de nível IV

- Curso de Instrumentista de Cordas e Teclas – nível IV

Condições de acesso: 9º ano de escolaridade e aprovação nas provas de seleção

Certificação: ensino secundário (12º ano de escolaridade) e certificação profissional de nível IV

Possibilidade de prosseguimento de estudos para o ensino superior

- Curso de Instrumentista de Sopros e Percussão – nível IV

Condições de acesso: 9º ano de escolaridade e aprovação nas provas de seleção

Certificação: ensino secundário (12º ano de escolaridade) e certificação profissional de nível IV

Possibilidade de prosseguimento de estudos para o ensino superior

- Curso Profissional de Técnico/a Organização de Eventos – nível IV

Condições de acesso: 9º ano de escolaridade

Certificação: ensino secundário (12º ano de escolaridade) e certificação profissional de nível IV

Possibilidade de prosseguimento de estudos para o ensino superior

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1. Matrizes curriculares

As matrizes curriculares cumprem o determinado na legislação em vigor. No âmbito da sua autonomia na gestão do currículo foram implementados os ajustamentos considerados adequados à prossecução dos objetivos inscritos neste Projeto Educativo, estando os tempos letivos organizados em 60 minutos.

CURSO BÁSICO DE INSTRUMENTO (NÍVEL II)

ÁREA / DISCIPLINA	Carga horária anual			Carga horária total
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Triénio
SOCIOCULTURAL				1800
Língua Portuguesa	120	120	120	360
Língua Estrangeira	100	100	100	300
C. Físicas e Naturais (Biologia + Física)	120	120	120	360
C. Sociais e Humanas (História + Geografia)	160	160	160	480
Matemática	100	100	100	300
ARTÍSTICA				1920
Formação Musical	80	80	80	240
Formação Auditiva	40	40	-	80
Introd. à Composição	-	-	40	40
Prática de Conjunto	200	200	200	600
Prática Individual e de Naípe	200	200	200	600
Instrumento Principal	80	80	80	240
Instrumento de Tecla	40	40	40	120

CURSO DE INSTRUMENTISTA DE CORDAS E TECLAS (NÍVEL IV)

ÁREA / DISCIPLINA	Carga horária anual			Carga horária total
	1º Ano	Triénio	3º Ano	Triénio
SOCIO-CULTURAL				1000
Português	108	106	106	320
Língua Estrangeira	74	73	73	220
Área de Integração	74	73	73	220
TIC	34	33	33	100
Educação Física	48	46	46	140
CIENTÍFICA				500
História da Cultura e Artes	68	66	66	200
Teoria e Análise Musical	50	50	50	150
Física do Som	50	50	50	150
ARTÍSTICA				1100
Instrumentos	90	90	90	270
Música de Câmara	68	66	66	200
Naípe, Orquestra e Prática de Acompanhamento	160	130	130	420
Projetos Coletivos	70	70	70	210
FCT (Formação em Contexto de Trabalho)	280	280	280	840

CURSO DE INSTRUMENTISTA DE SOPROS E PERCUSSÃO (NÍVEL IV)

ÁREA / DISCIPLINA	Carga horária anual			Carga horária total
	1º Ano	Triénio	3º Ano	Triénio
SOCIO-CULTURAL				1000
Português	108	106	106	320
Língua Estrangeira	74	73	73	220
Área de Integração	74	73	73	220
TIC	34	33	33	100
Educação Física	48	46	46	140
CIENTÍFICA				500
História da Cultura e Artes	68	66	66	200
Teoria e Análise Musical	50	50	50	150
Física do Som	50	50	50	150
ARTÍSTICA				1100
Instrumentos	98	96	96	290
Conjuntos Instrumentais	60	60	60	180
Naípe, Orquestra e Prática de Acompanhamento	160	130	130	420
Projetos Coletivos e Improvisação	70	70	70	210
FCT (Formação em Contexto de Trabalho)	280	280	280	840

CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO/A DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS (NÍVEL IV)

ÁREA / DISCIPLINA	Carga horária anual			Carga horária total
	1º Ano	Triénio	3º Ano	Triénio
SOCIO-CULTURAL				1000
Português	108	106	106	320
Língua Estrangeira	74	73	73	220
Área de Integração	74	73	73	220
TIC	34	33	33	100
Educação Física	48	46	46	140
CIENTÍFICA				500
Matemática	64	36	–	100
Economia	75	72	53	200
Psicologia e Sociologia	66	77	57	200
TÉCNICA				1100
Gestão e Produção de Eventos	125	100	–	225
Marketing e Comunicação	100	75	–	175
Produção Técnica de Eventos	150	75	100	325
Criatividade e Metodologias	175	75	75	325
FCT				
(Formação em Contexto de Trabalho)	–	280	420	700

8.1.1. Atividades de organização curricular

As atividades de organização curricular compreendem o conjunto de ações pedagógicas fundamentadas nas metas curriculares definidas para as várias áreas de formação dos planos de estudos e que têm por objetivo a consolidação e o reforço dos conteúdos programáticos no âmbito das diferentes disciplinas. Estas atividades concretizam-se quer em sala de aula, quer através de visitas de estudo, workshop's, conferências, concertos pedagógicos públicos e recitais. São privilegiadas as atividades de articulação curricular, envolvendo diferentes disciplinas e conteúdos modulares, de forma a trabalhar nos alunos competências interdisciplinares e

transdisciplinares na formação. As atividades de organização curricular estão devidamente enquadradas nas planificações das diferentes áreas de formação.

8.2. Programas das Disciplinas

Os programas das diferentes disciplinas das áreas de formação sociocultural e científica que integram os planos de formação dos cursos correspondem aos definidos pela **ANQEP** – *Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional* (sob a tutela do Ministério da Educação e da Ciência), que podem ser consultados no sítio <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>.

No caso concreto das disciplinas da componente de formação técnica / artística, não existindo referenciais de formação pelo referido instituto público, são lecionados os conteúdos e implementadas as metodologias recomendadas pela **APROARTE** – *Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes*.

8.3. Articulação Interdisciplinar e Interciclos

A EPABI concretiza a articulação vertical e horizontal, através das diferentes atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo, sendo uma das estratégias fundamentais para a promoção do sucesso educativo. Traduz-se nas **planificações orientadas ao nível das áreas de formação**, mas também na interpretação e flexibilidade a nível de turma que cada **conselho de turma** operacionaliza. São analisados os conteúdos transversais às diversas disciplinas em Assembleias Pedagógicas (totais ou parciais) e de conselho de turma. Nestas, os conteúdos comuns são identificados e planificadas atividades/projetos, que integram o **Plano de Acompanhamento Pedagógico da Turma e o Plano Anual de Atividades**. As sessões de trabalho em áreas de formação propiciam, de facto, uma articulação efetiva na preparação do trabalho a realizar em cada ciclo e de ciclo para ciclo no âmbito da mesma disciplina, assim como na preparação do trabalho interdisciplinar, no que respeita a conteúdos transversais.

Esta articulação concretiza-se ainda através da realização das atividades de organização curricular e de animação e complemento curricular, participadas por diversas disciplinas, como acontece no âmbito das **Jornadas Culturais** tal como inscrito no Plano Anual de Atividades. A escola promove também **Audições Multidisciplinares**, durante um ou dois dias, em que diferentes alunos de diversos instrumentos musicais sobem ao palco para mostrar o trabalho realizado em cada um dos instrumentos, ao mesmo tempo que promove a partilha de técnicas, sonoridades e timbres dos diferentes instrumentos musicais.

8.4. Horários Escolares

A mancha horária apresentada abaixo representa apenas as aulas em turma, da componente de formação sociocultural e científica e as disciplinas de Formação Musical e Formação Auditiva, da componente artística do curso Básico de Instrumento. Devido à complexidade de organização horária das disciplinas da componente técnica, área artística, estas funcionam na modalidade de desdobramentos, isto é, em grupos ou na forma de aulas individuais. Refira-se, a título de exemplo, as disciplinas de Instrumento Principal, que constituem aulas individuais, Naípe e Orquestra, Conjuntos Instrumentais e Música de Câmara que são aulas práticas de conjunto com alunos de anos de escolaridade diferentes, e

Prática Individual de Naípe, que consiste num conjunto de alunos na prática do respetivo estudo individual com a supervisão de um professor, exige-se que cada aluno tenha um horário individual, diferente do apresentado pelos colegas da mesma turma, e relativamente extenso, iniciando-se às 8h30m e podendo terminar às 20h40m. Alguns alunos, em função da disponibilidade de docentes da área técnica, que exercem outras atividades profissionais associadas à carreira de músico, têm aulas ao sábado.

De forma a gerir melhor os recursos físicos, salas de estudo individual de instrumento, a escola distribuiu as manchas horárias das turmas do Curso Básico e do Curso de Instrumentista em períodos horários diferentes, para minimizar as horas de lotação das referidas salas de estudo. Assim, concretiza-se uma distribuição mais equilibrada das aulas e dos estudos individuais artísticos ao longo do dia, onde os alunos do Curso de Instrumentista têm a oportunidade de estudar instrumento em períodos da manhã e os alunos do Curso Básico na parte da tarde.

Em regra, as disciplinas das formações orquestrais, que envolvem alunos de diferentes turmas e de diversos níveis de ensino, têm lugar ao final da tarde, quando os alunos estão mais libertos das aulas individuais.

A mancha horária letiva é elaborada de acordo com a legislação em vigor., salientando-se:

- a) O intervalo de almoço não pode ser inferior a 1 hora (60 min.);
- b) As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se 1 hora (60 min.) depois do período definido para a turma como hora de almoço;
- c) Os alunos não deverão, diariamente, ter mais de sete horas de aulas, exceto situações devidamente autorizadas pelos alunos ou, quando menores, pelos respetivos encarregados de educação, para cumprimento do plano curricular, no que respeita às disciplinas da componente técnica/ artística;
- d) Nos dias com maior número de aulas, os horários deverão ter uma distribuição onde se integrem disciplinas de caráter teórico e disciplina de caráter prático;
- e) A distribuição semanal das unidades letivas de uma disciplina deverá ser feita, preferencialmente, em dias alternados, de forma regular ao longo da semana.

Horas	2 ^a Feira	3 ^a Feira	4 ^a Feira	5 ^a Feira	6 ^a Feira	Sábado
09:20 09:20						
10:20 11:20						
11:30 12:30						
12:30 13:30						
14:30 15:30						
15:30 16:30						
16:40 17:40						
17:40 18:40						
18:45 19:45						
19:45 20:45						
21:05 22:05						
22:05 23:05						

8.5. Princípios Orientadores das Atividades Letivas e Formativas e suas Definições

A EPABI – Escola Profissional de Artes da Covilhã garante, sem prejuízo dos princípios orientadores constantes dos diplomas que regulam o sistema educativo, a implementação de medidas que têm em conta os seguintes princípios:

- a) O reforço dos mecanismos de promoção da igualdade e equidade, concebendo respostas escolares específicas que mitiguem as desigualdades, com vista a que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- b) A flexibilização na transição entre os regimes presencial, misto e não presencial;
- c) A valorização da experiência adquirida em contexto de emergência de saúde pública, na planificação e concretização de ensino em regime não presencial e na preparação dos espaços escolares;
- d) O reconhecimento da importância da escola, enquanto suporte e condição para o funcionamento normal da vida familiar, profissional e económica do país.

8.5.1. Regimes do Processo de Ensino e Aprendizagem

- a) **Regime Presencial** – aquele em que o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido num contexto em que alunos e docentes estão em contacto direto, encontrando-se fisicamente no mesmo local;
- b) **Regime Misto** – aquele em que o processo de ensino e aprendizagem combina atividades presenciais com sessões síncronas e com trabalho autónomo;
- c) **Regime Não Presencial** – aquele em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre em ambiente virtual, com separação física entre os intervenientes, designadamente docentes e alunos;
- d) **Trabalho Autónomo** – aquele que é definido pelo docente e realizado pelo aluno sem a presença ou intervenção daquele;
- e) **Sessão Assíncrona** – aquela que é desenvolvida em tempo não real, em que os alunos trabalham autonomamente, acedendo a recursos educativos e formativos e a outros materiais curriculares disponibilizados numa plataforma de aprendizagem online, bem como a ferramentas de comunicação que lhes permitem estabelecer interação com os seus pares e docentes, em torno das temáticas em estudo;
- f) **Sessão Síncrona** – aquela que é desenvolvida em tempo real e que permite aos alunos interagirem online com os seus docentes e com os seus pares para participarem nas atividades letivas, esclarecerem as suas dúvidas ou questões e apresentarem trabalhos.

8.5.2. Organização e Funcionamento das Atividades Letivas e Formativas e das Atividades Docentes por Regime de Ensino e Aprendizagem

- a) **Regime Presencial**
 - 1. Todas as atividades letivas e formativas, incluindo os apoios no âmbito da educação inclusiva, devem ser desenvolvidas nos termos da legislação em vigor, podendo, caso seja necessário, ser implementadas regras específicas com vista ao cumprimento das orientações das autoridades de saúde;

2. Sempre que se revele necessário, a EPABI pode promover a reorganização dos horários escolares, designadamente o funcionamento das turmas em turnos de meio dia, de forma a acomodar a carga horária da matriz curricular.

b) Regime Misto

1. Há lugar à adoção do regime misto quando se verifique, devido à situação epidemiológica causada pela doença COVID-19, a impossibilidade da escola manter as turmas em regime presencial e não seja possível ou suficiente a adoção das medidas relativas ao horário de funcionamento, à reorganização dos horários escolares e à gestão dos espaços escolares.
2. Quanto à organização e funcionamento das atividades letivas e formativas no regime misto:
 - i. As atividades letivas e formativas devem ser realizadas com recurso às metodologias que cada escola considere as mais adequadas, de acordo com as orientações da área governativa da educação, tendo por referência o disposto no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, bem como o disposto no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais;
 - ii. O processo de ensino e aprendizagem deve desenvolver-se através da combinação entre atividades presenciais, sessões síncronas e trabalho autónomo;
 - iii. Cabe à escola proceder à revisão e ajustamento do planeamento curricular, a que se refere o artigo 18º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho;
 - iv. Cabe, ainda, à escola adequar a organização e funcionamento do regime misto à carga horária semanal de cada disciplina ou Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD), tendo por base, na definição dos horários dos alunos, designadamente, os seguintes pressupostos:
 - Privilegiar a interação direta entre os alunos e o professor;
 - Repartir a carga horária de cada disciplina ou UFCD entre atividades presenciais, sessões síncronas e trabalho autónomo;
 - Alternar as atividades presenciais com o trabalho autónomo.
 - v. O trabalho autónomo deve ser desenvolvido mediante orientações dos docentes das respetivas disciplinas ou UFCD, podendo eventualmente ser coadjuvado por uma equipa de docentes constituída para esse efeito, sendo realizado com recurso, entre outros, a ferramentas e recursos digitais.
3. Os docentes da turma, sob coordenação do respetivo diretor, devem adaptar o planeamento e execução das atividades letivas e formativas, incluindo, com as necessárias adaptações, as medidas de apoio definidas para cada aluno, garantindo as aprendizagens de todos;
4. Os docentes devem fazer o registo semanal das aprendizagens desenvolvidas e das tarefas realizadas no âmbito das sessões síncronas e do trabalho autónomo, recolhendo evidências da participação dos alunos tendo em conta as estratégias, os recursos e as ferramentas utilizadas pela escola e por cada aluno;

5. O diretor de turma deve garantir a articulação eficaz entre os docentes da turma, tendo em vista o acompanhamento e a coordenação do trabalho a realizar pelos alunos, promovendo a utilização proficiente dos recursos e ferramentas digitais, bem como o acesso equitativo às aprendizagens.

c) Regime Não Presencial

1. Nas situações de suspensão das atividades letivas e formativas presenciais, as aprendizagens são desenvolvidas em regime não presencial, através de sessões síncronas e assíncronas. A EPABI adotará as metodologias que considerar mais adequadas, tendo por referência o disposto no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, bem como o disposto no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e nas Aprendizagens Essenciais.
2. Quanto à organização e funcionamento das atividades letivas e formativas no regime não presencial:
 - i. A EPABI elaborará e implementará, sob orientação e apoio dos serviços competentes da área governativa da educação, um plano de ensino a distância, adequado ao contexto de cada comunidade educativa, podendo ainda articular-se com entidades que se constituam como parceiras;
 - ii. A implementação, acompanhamento e monitorização do plano de ensino a distância deve ser assegurado pelo Conselho Pedagógico;
 - iii. Cabe à escola adequar a organização e funcionamento do regime não presencial, fazendo repercutir a carga horária semanal da matriz curricular no planeamento semanal das sessões síncronas e assíncronas;
 - iv. As sessões síncronas e assíncronas devem respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, promovendo a flexibilidade na execução das tarefas a realizar;
 - v. O conselho de turma deve adequar as opções curriculares, as estratégias de trabalho, o trabalho interdisciplinar e de articulação curricular, desenvolvidos com a turma ou grupo de alunos, às especificidades do regime não presencial.
3. Os docentes da turma, sob coordenação do diretor de turma, adaptam o planeamento e execução das atividades letivas e formativas ao regime não presencial, incluindo, com as devidas adaptações, as medidas de apoio definidas para cada aluno, garantindo as aprendizagens de todos.
4. Os docentes devem proceder ao registo semanal das aprendizagens desenvolvidas e das tarefas realizadas nas sessões síncronas e assíncronas, recolhendo evidências da participação dos alunos tendo em conta as estratégias, os recursos e as ferramentas utilizadas pela escola e por cada aluno.
5. O diretor de turma deve promover a articulação entre os docentes da turma, tendo em vista o acompanhamento e a coordenação do trabalho a realizar pelos alunos, visando uma utilização proficiente dos recursos e ferramentas digitais, bem como o acesso equitativo às aprendizagens.

d) Apoio aos Alunos no Âmbito da Educação Inclusiva

1. No âmbito dos regimes misto e não presencial, o apoio aos alunos para quem foram mobilizadas medidas seletivas e adicionais, de acordo com plano de trabalho a estabelecer pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), em articulação com o diretor de turma ou o professor titular de turma do aluno, deve ser assegurado em regime presencial, salvaguardando-se as orientações das autoridades de saúde.
2. Devem também ser assegurados presencialmente os apoios prestados no Centro de Apoio à Aprendizagem, na valência de unidade especializada, bem como os apoios prestados por técnicos, relativamente aos alunos para os quais foram mobilizadas medidas adicionais.
3. Devem ainda assegurar-se em regime presencial as respostas especializadas das escolas de referência no domínio da visão e da educação bilingue dos estabelecimentos de educação especial e os apoios prestados no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.
4. A EMAEI assegura, em articulação com o Centro de Recursos TIC (CRTIC), o acompanhamento aos docentes, com vista a uma adequada utilização pelos alunos das ferramentas e recursos digitais necessários à operacionalização das adaptações curriculares e ao desenvolvimento das competências e aprendizagens identificadas no Relatório Técnico Pedagógico.

e) Formação em Contexto de Trabalho, Disciplinas/UFCD Práticas, Plano Curricular e Avaliação Final

1. No âmbito dos regimes misto e não presencial, relativamente aos ciclos formativos dos Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação, a formação prática ou a formação em contexto de trabalho, previstas nas matrizes curriculares dos respetivos cursos, podem ser realizadas através de prática simulada.
2. Nos anos terminais dos cursos profissionais, cursos de educação e formação, cursos artísticos especializados e cursos científico-tecnológicos, quando não seja possível cumprir a totalidade das horas previstas nos respetivos referenciais de formação em regime presencial cabe aos órgãos próprios de cada escola decidir sobre a avaliação final de cada aluno e correspondente conclusão e certificação do curso.
3. Na avaliação final, as escolas têm por referência o nível de competências evidenciado pelos alunos face ao perfil de competências definido para cada curso e ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
4. Têm lugar em regime presencial, garantindo-se o cumprimento das orientações das autoridades de saúde, as disciplinas ou UFCD de natureza prática e a formação em contexto de trabalho que não possam ter lugar em regime misto ou não presencial, por requererem a utilização de espaços, instrumentos ou equipamentos específicos.

9. CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS

A constituição de turmas nos diferentes níveis de ensino tem por base a legislação em vigor, podendo a Direção da Escola ou outras estruturas de Coordenação Educativa propor aspetos relevantes para essa constituição. É um momento chave para a resolução ou prevenção de situações de insucesso e de indisciplina. Será sempre necessário que se faça com um máximo conhecimento das características dos alunos.

Desta forma, tiveram-se em linha de conta os seguintes parâmetros:

- Na formação das turmas deve ser respeitada a heterogeneidade do público escolar, podendo, no entanto, a Direção perante situações pertinentes, e após ouvir a Assembleia Pedagógica, atender a outros critérios que sejam determinantes para o sucesso escolar;
- Provas de seleção necessárias à admissão na EPABI (cultura geral, formação musical e aptidão para o instrumento musical);
- As turmas são constituídas por um mínimo de 14 alunos e um máximo de 25 alunos;
- Instrumento escolhido pelos alunos, devido à necessidade de manter uma harmonia para a constituição de formações artísticas de grupo coerentes e viáveis;
- Proveniência dos alunos, sendo dada primazia aos alunos da região, dada a sua estabilidade emocional e familiar e proximidade escola-família.

A constituição das turmas obedece aos seguintes critérios pedagógicos:

9.1. Ensino Profissional Básico

- a) Jovens que tenham concluído o 2º ciclo do ensino básico ou equivalente (6º ano de escolaridade);
- b) Jovens que, a 1 de setembro do ano de início do ciclo de formação, tenham a idade máxima de 17 anos;
- c) Sempre que se verifiquem mais candidaturas do que as vagas disponíveis, serão publicados os critérios de seleção que poderão incluir testes psicotécnicos e entrevistas;
- d) A constituição das turmas obedece, igualmente, ao estabelecido na legislação em vigor.

9.2. Ensino Profissional Secundário

- a) Jovens que tenham concluído o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente (9º ano de escolaridade);
- b) Jovens que, a 1 de setembro do ano de início do ciclo de formação, tenham a idade máxima de 19 anos;
- c) Priorização dos cursos pretendidos definida pelos candidatos na pré-inscrição;
- d) Sempre que se verifiquem mais candidaturas do que as vagas disponíveis, serão publicados os critérios de seleção que poderão incluir testes psicotécnicos e entrevistas;
- e) A constituição das turmas obedece, igualmente, ao estabelecido na legislação em vigor.

A constituição das turmas é igualmente abordada no Capítulo IV – Principais Normas de Funcionamento – do *Regulamento Interno*.

10. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

10.1. Critérios Gerais de Avaliação

De acordo com a legislação em vigor, até ao início do ano letivo, a Assembleia Pedagógica define, no âmbito das prioridades e opções curriculares, e sob proposta dos professores, Diretores de Curso e Diretores de Turma, os critérios de avaliação tendo em conta, designadamente:

- O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- As Aprendizagens Essenciais, quando aplicável;
- Os perfis profissionais e referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ;
- Os demais documentos curriculares respeitantes a cada curso profissional, visando, quando aplicável, a consolidação, aprofundamento e enriquecimento das Aprendizagens Essenciais.

Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns na escola para cada curso profissional, sendo operacionalizados pelo conselho de turma, enunciando:

- Um perfil de aprendizagens específicas no âmbito de cada componente de formação, integrando descritores de desempenho;
- A importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, quando aplicável;
- A valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver.

Área Técnica - Formação Musical e Formação Auditiva

Domínios	%	
	Apreciação do Trabalho Semanal (40%)	
	Prova Escrita (25%)	
	Prova Oral (25%)	
Atitudes e Valores	Observação Direta	10%

Área Artística – Instrumento Principal

Domínios	%	
	Grelha de observação (10%)	
	Estudo diário/semanal (15%)	
	Prova Oral (15%)	
	Provas (recital e prova técnica) (50%)	
Atitudes e Valores	Observação Direta	10%

10.2. Critérios Gerais de Correção/Classificação

Os critérios de correção das provas escritas de avaliação assentam no rigor, assinalando-se e corrigindo os erros ortográficos.

A entrega das provas corrigidas e classificadas aos alunos deve processar-se no prazo máximo de dez dias úteis, podendo este prazo ser alargado apenas em situações totalmente impeditivas.

Não é permitida a aplicação de uma prova escrita de avaliação sem que os alunos tenham rececionado a prova anterior devidamente corrigida e classificada.

A terminologia a aplicar na classificação das provas apresenta-se no quadro seguinte:

Terminologia	(valores/ percentagens)
Fraco	0-7,4/0-29
Não Satisfaz	7,5-9,4/3-49
Satisfaz	9,5-13,4/50-69
Bom	13,5-17,4/70-84
Muito Bom	17,5-20/85-100

10.3. Participação da Comunidade Educativa na Avaliação

A escola promove o processo de autoavaliação contínuo e periódico dos alunos, conforme definido neste Projeto Educativo. A escola disponibiliza aos pais/ encarregados de educação e alunos os critérios de avaliação em vigor no início

de cada ano letivo e os registos de avaliação e assiduidade, no final de cada período letivo; promove reuniões regulares e espaços semanais de atendimento aos pais e encarregados de educação, fomentando o acompanhamento do percurso dos seus educandos e promove a participação dos representantes dos encarregados de educação e delegados de turma nas reuniões intercalares de conselho de turma. Os pais e encarregados de educação devem manter um contacto regular com a escola, comparecendo por iniciativa própria e quando solicitados, contribuindo para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Devem ainda verificar o trabalho diário desenvolvido pelo seu educando através da consulta e observação da respetiva caderneta escolar.

Os Serviços de Psicologia e Orientação participam nas reuniões de conselho de turma, emitindo parecer sobre a avaliação dos alunos em acompanhamento. Na impossibilidade de participação, o seu responsável produzirá um parecer escrito, a ser entregue, antecipadamente, ao Diretor de Turma que o apresentará ao respetivo conselho.

Os alunos são também parte interveniente no seu processo avaliativo, sendo responsabilizados por cada professor e em cada momento avaliativo para se pronunciarem sobre o seu desempenho, refletindo sobre o trabalho desenvolvido, as suas limitações e as suas potencialidades. Este exercício de autoavaliação, bastante importante por responsabilizar e consciencializar o aluno sobre o seu processo escolar e os resultados obtidos, não contribui quantitativamente para a sua avaliação modular.

No processo de avaliação da PAP (Prova de Aptidão Profissional) são convidadas personalidades de mérito institucional e empresarial, externas à escola, de diferentes áreas científicas e artísticas, consoante a temática das provas, para integrar o júri de avaliação, e de forma a contribuir para o enriquecimento e aprofundamento das apreciações qualitativas e quantitativas.

10.4. Monitorização e Avaliação do Ensino e das Aprendizagens

A Escola adota como metodologia de monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens a realização de reuniões periódicas de Direção, visando a melhoria do serviço educativo, dispõe, ainda de mecanismos de alerta precoce de eventuais problemas, dificuldades e/ou obstáculos ao sucesso educativo de cada aluno e procurar estratégias para os suprimir ou colmatar.

Os professores deverão reconhecer as características da avaliação que efetivamente concretizam no seu dia-a-dia e desenvolver compromissos que se orientem para novas práticas avaliativas. Essa consciencialização e esse compromisso implica a reflexão baseada na prática, de tal modo que possa valorizar diferentes modalidades de avaliação pela experiência da utilidade das mesmas. Esta componente de reflexão a partir de situações reais de avaliação, de integração entre teoria e prática, é fundamental para garantir práticas profissionais de avaliação de qualidade.

Com vista à melhoria da avaliação e da deteção atempada de dificuldades, e tendo em conta que a avaliação, em qualquer nível de ensino, constitui um elemento integrante e regulador das práticas pedagógicas, sendo, ainda, o meio de certificação de aprendizagens adquiridas e de competências desenvolvidas, a EPABI promove procedimentos de monitorização da prestação do serviço educativo através de:

- ✓ da verificação do **cumprimento das planificações** sempre que reúnem as áreas técnicas dos cursos e,

- ✓ uma vez por período, em Assembleia Pedagógica;
- ✓ da realização de **reuniões periódicas para monitorização dos resultados e discussão de estratégias**, com vista à melhoria da avaliação e da deteção atempada de dificuldades, tanto em contexto de reunião Geral de professores, como ao nível das **reuniões de Conselho de Turma** e das **reuniões da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva**;
- ✓ Ao nível das turmas é efetuada uma **monitorização quer ao nível dos alunos, quer ao nível das disciplinas** e são abertas ações sempre que se verifiquem situações de *não conformidade*. Os **Planos de Acompanhamento Pedagógico de Turma** promovem o sucesso da mesma, delineando estratégias de atuação para o conselho de turma, devidamente adaptadas às características de cada grupo-turma;
- ✓ da **aplicação a análise dos inquéritos de satisfação** aplicados aos pais, alunos e colaboradores;
- ✓ de indicadores e objetivos definidos para os diferentes domínios da escola que são, ainda, trimestralmente monitorizados através do **relatório de desempenho e autoavaliação**.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Divulgação

A Escola promoverá uma ampla divulgação do Projeto Educativo, junto não só da comunidade educativa, como também do meio envolvente.

O Projeto educativo é divulgado à comunidade educativa, na sua versão completa, através da disponibilização do documento para consulta, em formato papel, nos serviços administrativos. No início de cada ano letivo, no contexto das reuniões gerais de acolhimento a alunos, pais e encarregados de educação e também de colaboradores, são enunciadas as linhas gerais, princípios e objetivos norteadores do projeto educativo, bem como dada a conhecer a versão integral do documento, em formato digital, através de envio via e-mail para os contatos individuais de cada elemento da comunidade educativa. Nas reuniões de Direção de Turma com os alunos e com os pais, de início de ano letivo, são, igualmente, focadas e reforçadas as atividades e as estratégias delineadas no projeto educativo da escola.

O portal da escola constitui também um canal de divulgação privilegiado do referido documento, quer através da sua disponibilização integral em formato digital não editável (pdf), quer ao longo do ano letivo e em diferentes seções do website, através da publicação de informações específicas sobre o projeto (como a caracterização da instituição, os princípios pedagógicos, as ofertas formativas e as academias) e a inserção de notícias sobre atividades e projetos que a escola dinamiza e se envolve.

De modo a que as personalidades e representantes de instituições que visitam a escola possam conhecer, genericamente, o referido projeto educativo existem placards ilustrados com informação acerca da instituição, a sua missão, valores defendidos e praticados, princípios e estratégias pedagógicas que concorrem para o sucesso educativo.

11.2. Vigência

Elaborado para um ciclo de gestão de três anos, o Projeto Educativo da EPABI procurará responder à necessidade de construir respostas coerentes, eficazes e pragmáticas e às dificuldades do presente e aos desafios do futuro, estando orientado para dar resposta a problemas reais dos alunos e restantes agentes educativos da escola. A sua essência reside na conciliação da racionalidade técnica e na valorização da dimensão operatória, traduzindo o que a escola quer ser, quais as dinâmicas que a animam, qual o sentido global da sua ação e o que perspetiva para o seu futuro.

11.3. Avaliação

O Projeto Educativo espelha a partilha de valores e a vontade coletiva. Isso pressupõe reflexão, diálogo, confronto de ideias. Este projeto decorre de duas lógicas distintas, ainda que por vezes conflituais: a lógica do desejo que assenta no primado da ideologia e valoriza a dimensão simbólica e a lógica da ação que assenta no primado da racionalidade técnica e valoriza a dimensão operatória. A sua avaliação será operacionalizada através da análise das atas de Direção e dos diferentes órgãos de estrutura intermédia; da interpretação dos resultados escolares no final de cada ano letivo; da avaliação do grau de satisfação dos vários elementos da comunidade educativa; da monitorização trimestral e da avaliação no final de cada ano letivo do Plano Anual de Atividades (este último critério contribui para parte, considerável, da avaliação do Projeto Educativo, uma vez que é aquele que concretiza/operacionaliza a estratégia deste).

O processo avaliativo é entendido como uma tarefa partilhada pelos diferentes elementos da comunidade educativa, concretizando-se em diferentes reuniões (de Direção, Assembleias Pedagógicas, Assembleias de Turmas, de Direção de Turma com os encarregados de educação, de Direção com o SPO), ao longo do ano letivo e com maior incidência em cada final de período, monitorizando e propondo necessários ajustes e correções, se for caso disso. No final de cada ano letivo, será apresentada uma reflexão sobre o impacto do Projeto Educativo, à Assembleia Pedagógica e, aquando da sua realização, ao Conselho Consultivo.

ANEXOS

ANEXO 1 – Planos de Acompanhamento Pedagógico orientados para a Turma (PAPT) – arquivados em dossiê próprio.



IMP.DUE.001-00



SELO DE CONFORMIDADE **EQAVET**

GARANTIA DA **QUALIDADE**
NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Edição 2020-2023 - Revisão 00
01.setembro.2020